

Secretaria de
Educação



A POLÍTICA DE
**EDUCAÇÃO
INFANTIL**
EM CONTAGEM



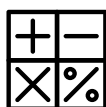
2020



Secretaria de
Educação



A POLÍTICA DE
EDUCAÇÃO
INFANTIL
EM CONTAGEM





ALEXIS JOSÉ FERREIRA DE FREITAS

PREFEITO

WILLIAM VIEIRA BATISTA

VICE-PREFEITO

contagem.mg.gov.br |  /PrefeituraContagem

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETÁRIA: SUELI MARIA BALIZA DIAS

SUBSECRETÁRIA DE ENSINO: DAGMÁ BRANDÃO SILVA

SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO E OPERAÇÕES: SÉRGIO MENDES PIRES

ORGANIZAÇÃO E REDAÇÃO

Dagmá Brandão Silva

Eunice Margaret Coelho

Mayrce Terezinha Silva Freitas

COLABORADORES

Ana Eliza Soares França

Ana Paula Rodrigues de Souza

Chirley Lima Gervásio Mendes

Jaqueline de Sousa Lopes

Lidiane Aparecida da Silva

Raquel Pereira da Silva

Sandra Maris Fulgêncio Barroso Silva

Vanilde de Fátima Eleutério Souza

Waldete Silva Santos

REVISÃO: JAQUELINE DE SOUSA
LOPES

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL/SEDUC

EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO:
SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE CONTAGEM

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTAGEM

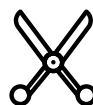
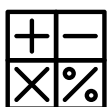
Rua Coimbra, 100 - Bairro Santa Cruz Industrial - Contagem

E-mail: seduc.gabinete@contagem.mg.gov.br

Site: www.contagem.mg.gov.br/educacao

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	5
2. LEGISLAÇÃO REFERENTE À CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	7
3. CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	14
3.1. A CRIANÇA COMO FOCO	19
3.2. RELAÇÃO ADULTO CRIANÇA.....	28
4. AVALIAÇÃO NA E DA EDUCAÇÃO INFANTIL	34
5. ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CONTAGEM.....	38
5.1. HORÁRIO DE ATENDIMENTO.....	39
5.2. ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO INFANTIL EM 2020	41
5.3. CADASTRAMENTO 2020.....	42
5.4. PERÍODO DE ADAPTAÇÃO.....	46
5.5. Programa Saúde na Escola (PSE)	52



6. A ORGANIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS..... 56

6.1. A EQUIPE GESTORA.....56

6.2. Equipe Administrativa.....59

- 6.2.1. Secretaria..... 59

- 6.2.2. Outros Profissionais..... 59

6.3. Equipe Pedagógica..... 60

- 6.3.1. Professore(a)s.....60

- 6.3.2. Agentes64

- 6.3.3. Cuidadoras e Estagiário(a)s..... 66

7. TRANSIÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL70

8. A POLÍTICA DE FORMAÇÃO..... 74

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 76

10. ANEXOS..... 77





1. APRESENTAÇÃO

Historicamente, a política de Educação Infantil em Contagem vem sendo construída por meio do diálogo, da reflexão e da construção coletiva, envolvendo os profissionais que atuam com as crianças de 0 a 5 anos de idade, das redes própria e parceira e os profissionais que atuam na Secretaria Municipal de Educação de Contagem – SEDUC.

Foram várias ações, projetos e iniciativas que culminaram no atendimento atual. Entre as mais relevantes, temos a elaboração do Caderno da Educação Infantil: *Construindo o Projeto Político-Pedagógico*, em 2007 e os *Cadernos de Currículo de Contagem - Experiências, Saberes e Conhecimentos*, lançados em 2012. Tais documentos comprovam como os profissionais da Educação Infantil que atuavam em Contagem: professore(a)s, educadore(a)s, agentes, pedagogo(a)s, dirigentes e equipe gestora da SEDUC já havia internalizado concepções avançadas de Criança, Desenvolvimento Infantil e Currículo. Desde 2012, a organização do currículo da Educação Infantil no município já estava definida por Campos de Experiência, o que foi implementado pela Base Nacional Curricular Comum - BNCC, somente em dezembro de 2017.

Apesar dos avanços, percebe-se ainda hoje que a implementação desses documentos na prática permanece como um dificultador para algumas instituições e profissionais que atuam com a Educação Infantil. Por esse motivo, desde agosto de 2018, estão sendo construídas ações relacionadas à assessoria e à formação, que evidenciam a criança como foco da proposta pedagógica. Tais ações culminaram na elaboração dos Planos de Ação e Planos de Gestão, triênio 2019-2021, oportunizando que toda a comunidade escolar (gestores, pedagogos, agentes educadores, professores, crianças e famílias) refletis-

se sobre a organização dos espaços, tempos, rotina, documentação e Projeto Político-Pedagógico (PPP), em cada instituição que atende a Educação Infantil.

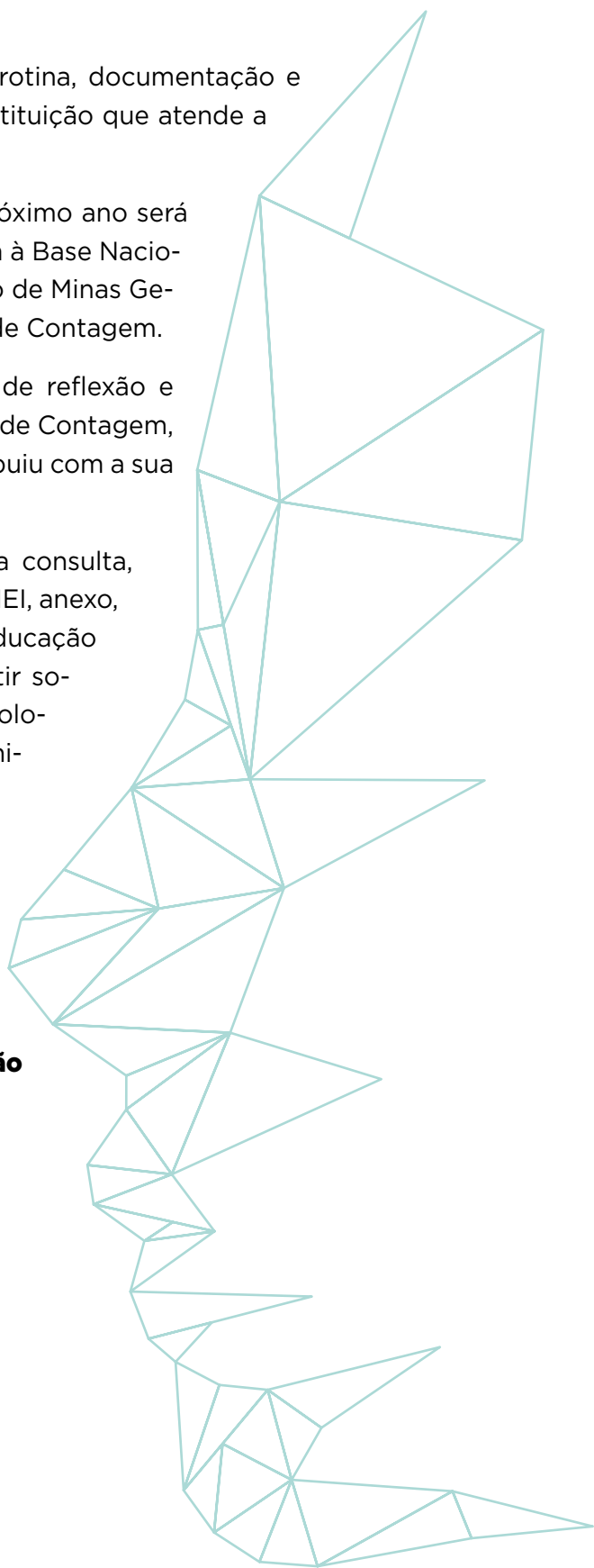
Após a promulgação da BNCC, o desafio do próximo ano será adequar os Cadernos de Currículo de Contagem à Base Nacional Curricular Comum, atrelando-os ao Currículo de Minas Gerais, recriando o currículo da Educação Infantil de Contagem.

Dentro desse contexto de produção coletiva, de reflexão e aprimoramento da política de Educação Infantil de Contagem, fruto das ações e sonhos de cada um que contribuiu com a sua construção, é que apresentamos este caderno.

A intenção é que ele seja uma referência para consulta, com orientações gerais, que permitirá a cada UMEI, anexo, escola de ensino fundamental com turmas de Educação Infantil vinculadas e instituições parceiras refletir sobre seus fazeres e reformular práticas, visando colocar a criança como foco em cada uma das organizações propostas.

A SEDUC continuará à disposição para novas construções e/ou orientações, por meio das superintendências, diretorias, assessores e formadores.

Sueli Maria Baliza Dias
Secretária Municipal de Educação





2. LEGISLAÇÃO REFERENTE À CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, ao longo de sua história, vem se constituindo de fato e de direito como etapa da Educação Básica, não se distinguindo em importância do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, sendo reconhecida formalmente por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96, que preconiza:

“A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. (Art. 29 da Lei nº 12.796/13).

Em função de sua trajetória, ainda hoje, a Educação Infantil é confundida como ação eminentemente assistencial e/ou destinada a filhos de trabalhadores, desconhecendo-se a legislação que assegura a Educação Infantil como direito da criança¹. Ou ainda como preparatória para a próxima etapa e, nesse

¹ Constituição Federal, 1988, Art.208.

contexto, antecipando conteúdos do Ensino Fundamental.

A legislação atual define a Educação Infantil como ação educacional diferenciada, em que o cuidar educando e o educar cuidando se complementam em uma prática cotidiana profissional, intencional e relacional por excelência. Porém, as práticas pedagógicas ainda estão carregadas dos resquícios de sua herança histórica. Romper com essas amarras é o maior desafio encontrado nas instituições, seja pelos profissionais, pelos dirigentes ou pelas famílias, que ainda vislumbram a Educação Infantil como lugar de guarda, de higienização, de segurança, de exclusivamente brincar ou de preparação para o Ensino Fundamental. A tendência em antecipar conteúdos que não atendem às especificidades e necessidades das crianças pequenas, não tem contribuído para que os currículos sejam integrados e tenham continuidade dentro das diferentes etapas da Educação Básica.

Em 2009, o Conselho Nacional de Educação regulamenta as novas **Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, por meio da Resolução CNE/CEB 05/2009**, que substitui a Resolução 01, de 13 de abril de 1999, definindo as concepções de Educação Infantil vigentes, os princípios orientadores das propostas pedagógicas, período e jornadas de atendimento, a indissociabilidade entre o cuidar e o educar e a obrigatoriedade de supervisão e regulação pelos Sistemas de Ensino, dentre outras orientações.

O Art. 5º torna clara a definição de Educação Infantil - “A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social”. (grifo nosso).

Essa definição se configura em um avanço do ponto de vista histórico, reafirmando a Educação Infantil como espaço educacional e profissional. Mesmo na atualidade, a Educação Infantil é atendida, muitas vezes, em espaços domésticos, com profissionais leigos que não atuam com intencionalidade pedagógica. Ainda há o entendimento de que para trabalhar com criança pequena basta ter um espaço seguro, alimentação e brinquedos e, que para atuar na instituição, a única exigência é ser mulher e ter experiência com criança. Assim, a professora ou educadora ser chamada de “tia”, os diretores e presidentes serem nomeados como “vovô” ou “vovó” é considerado normal, tendo em vista a organização proposta para este atendimento, que muitas vezes, não é reconhecido como etapa educacional, mesmo depois da pro-

mulgação da LDBEN 9394/96. Exemplo desse fato é que somente em 2009, a Emenda Constitucional de 11 de novembro de 2009, passa a determinar a obrigatoriedade da matrícula de crianças de 4 e 5 anos na educação básica, mesmo a Constituição de 1988 já determinando que o atendimento da Educação Infantil é direito da criança de 0 a 5 anos de idade.

Como herança do entendimento de que a Educação Infantil é preparatória para o Ensino Fundamental, percebemos ainda hoje, alguns espaços organizados com cadeiras enfileiradas em que a prática realizada é adultocêntrica, cabendo às crianças ficarem contidas, escutando e executando tarefas determinadas pelo(a)s professore(a)s ou educadore(a)s, sendo “livres” somente na hora do recreio.

Tais práticas desconsideram as pesquisas que apontam que as crianças constroem conhecimento por meio das interações que realizam com o meio físico e social, por meio das interações com crianças da mesma idade, de idades diferentes e adultos. Cópias descontextualizadas e práticas sem sentido têm tornado a Educação Infantil mais um dificultador do que promotora do desenvolvimento infantil.

Há documentos publicados pelo Ministério da Educação que auxiliam os profissionais a tornarem suas práticas mais adequadas às crianças. São publicações com concepções avançadas e podem ser referência para que os profissionais reflitam e construam suas práticas na Educação Infantil.

A partir da promulgação da **Lei 12.796/13**, que altera a LDBEN 9394/96, várias modificações são implantadas para a Educação Infantil, ampliando a compreensão da sua importância como etapa da Educação Básica, entre elas: matrícula obrigatória para crianças de 4 e 5 anos de idade, frequência, calendário escolar, avaliação, documentação, currículo contendo núcleo comum e diversificado, porém, assegurando as especificidades da Educação Infantil.

“Art. 4º

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) pré-escola;*
- b) ensino fundamental;*
- c) ensino médio;*

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

“Art. 6º. É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.” (NR)

“Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.” (NR). (Grifo nosso).

A partir das novas orientações legais, os documentos da Educação Infantil foram reelaborados pelas equipes da SEDUC e enviados às instituições que oferecem esse atendimento nas redes própria e parceira. Toda documentação reformulada está em anexo.

Reafirmando a condição da Educação Infantil como etapa da Educação Básica e estabelecendo o currículo a ser trabalhado com as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, de forma obrigatória em todo o território nacional, foi promulgada a **Resolução CNE/CP Nº02/17, de 22/12/2017**, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Curricular Comum – BNCC, para todas as etapas e modalidades no âmbito da Educação Básica. No caso da Educação Infantil reafirma as concepções de criança, desenvolvimento, currículo, apresenta os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, além dos Campos de Experiência a serem trabalhados. Como novidade, apresenta ainda os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de forma distinta para a creche (crianças de 0 a 3 anos – diferenciando as crianças de 0 a 1,6 meses e crianças de 1,7 meses a 3 anos e 11 meses) e a pré-escola (crianças

de 4 e 5 anos), dentro de cada Campo de Experiência.

Em Contagem, os *Cadernos de Currículo – Desafios e Experiências*, foram elaborados em 11 volumes, tendo em cada um, a discussão relacionada ao currículo e a um Campo de Experiência. Foram editados os seguintes cadernos: “*Discutindo o Currículo na Educação Infantil*”, que contém as concepções gerais que embasam a elaboração dos cadernos; O Cuidado e as Relações; A criança, o Brincar e as Brincadeiras; A Criança e a Linguagem Oral; A Criança, a Música e a Linguagem Musical; A Criança, a Arte e a Linguagem Plástica Visual; A Criança e o Mundo Social; A Criança e o Mundo Natural; A Criança, o Corpo e a Linguagem Corporal; A Criança e a Linguagem Escrita; A Criança e a Linguagem Matemática. Para a época em que foram publicados os cadernos, estes apresentavam um grande avanço, em se tratando de currículo para a Educação Infantil. Entender que a criança dessa faixa etária precisa vivenciar diferentes experiências que oportunizem a ela conhecer e refletir sobre si e sobre o mundo que a cerca, entender que ela pode representar o mundo e tudo o que nele existe de diferentes formas, respeitando suas características e desenvolvimento, por meio das linguagens, demonstrou a maturidade dos profissionais na elaboração desse currículo. Porém, chegou o momento de rever o currículo de Contagem, tendo em vista que a BNCC agregou os Campos de Experiência a partir do entendimento que a criança vivencia as experiências como um todo; que os campos de experiência estão interligados e não há como fragmentar esse currículo.

Contagem, em 2018, fez adesão ao currículo do Estado de Minas Gerais, documento construído a partir de ampla participação social e fruto das contribuições de diversos setores da sociedade. Foi submetido à consulta pública *on-line*, em regime de colaboração com o MEC.

O objetivo para elaboração de um currículo para o Estado de Minas Gerais, a partir da BNCC, foi permitir que este atenda a todos os seus municípios, independentemente da rede, respeitando a diversidade regional, histórica, social e política do Estado. A partir dessa construção, os municípios mineiros vão reelaborar os seus currículos, assegurando as especificidades de sua população, elementos de sua cultura regional e agregando elementos importantes da sua realidade.

A proposta da Diretoria é que em 2020, a Seduc realize uma formação com a temática “*Currículo da Educação Infantil à luz da BNCC e Currículo de Minas Gerais*”, que terá como desafio a reelaboração do currículo da Educação Infantil de Contagem. Serão 12 turmas de formação constituídas por professor(a)s, educador(a)s, pedagogo(a)s, dirigentes, agentes e, ao final desse

processo de construção coletiva, será produzido um caderno, contendo o Currículo da Educação Infantil de Contagem, reformulado à luz da nova legislação.

A metodologia proposta para esta formação pretende aliar teoria à prática, numa abordagem crítico-reflexiva, propiciando a todos os profissionais que atuam na Educação Infantil momentos de reflexão e diálogo, considerando que a prática pedagógica supõe uma compreensão abrangente do trabalho profissional.

Para além da construção do Caderno de Currículo, espera-se que este curso possa articular-se como uma esfera privilegiada de interação e de novas aprendizagens e, assim, contribuir para o aprimoramento da qualidade do atendimento ofertado pela Educação Infantil, considerando as especificidades desta etapa da Educação Básica e a diversidade dos sujeitos envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem.

Posteriormente, cada instituição do município vai se organizar, para reelaborar seu Projeto Político-Pedagógico, atendendo à Resolução CNE/CP Nº02/17.

Dando prosseguimento a esse percurso histórico, a cada ano Contagem vem se apropriando das legislações e implementando a Educação Infantil, de forma comprometida com a criança pequena.

Em 2019, na rede municipal, foi assegurado além de PEB1 para todas as turmas de 3 anos de idade; um agente de Educação Infantil por turno, fora do cálculo de 1.5, para auxiliar os professores que atuam com crianças de 1 até 3 anos; o cálculo de 1.5 para definição do quadro de professores em todas as instituições que atuam com a Educação Infantil e um secretário a mais nas UMEIs. A organização de 1.5 permite que um terço da jornada seja destinado a elaboração de planejamentos, avaliações, escrita de relatórios, formação em serviço, atendimento aos responsáveis, reuniões com os pedagogos, entre outras tarefas inerentes a sua função.

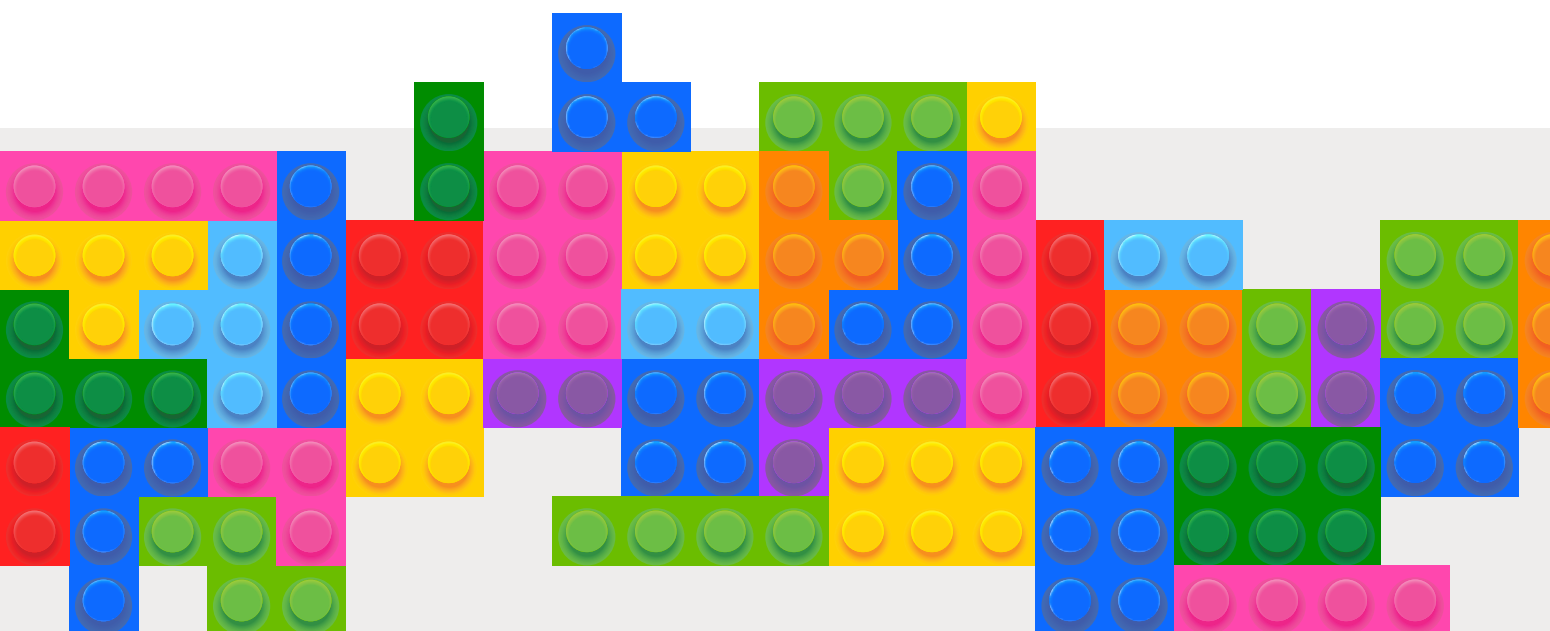
O ano de 2020 terá início assegurando professores PEB1 em todas as turmas da Educação Infantil e um agente de Educação Infantil auxiliando os professores que atuarão com as turmas de 1 ano. Para além destas conquistas, está prevista a entrega de obras de seis novas UMEIs: Belém/Lúcio de Abreu; Arvoredo; Vale das Orquídeas; Colonial; Tropical e Sede.

Para a rede de instituições comunitárias, filantrópicas e/ou confessionais que mantém parceria para atendimento à Educação Infantil com a Prefeitura de Contagem foram registrados vários avanços. Em 2019, o Plano de Trabalho

firmado entre as partes teve como referência para todas as Metas, a criança atendida em cada uma das instituições; foi assegurado o retorno das assessorias mensais nas instituições, com orientações presenciais para dirigentes, pedagogos, educadores e secretários; cursos de formação para pedagogo(a)s, dirigentes, secretário(a)s e educadore(a)s; entrega de uniformes para todas as crianças; aumento da per capita repassada por idade e período de atendimento, além de cota extra de recurso para alimentação com aporte do Tesouro Municipal.

Em 2020, haverá continuidade das conquistas anteriores e ainda novo reajuste per capita a fim de qualificar cada vez mais o atendimento nestas instituições. Esta gestão entende que independente do local em que são atendidas, as crianças contagenses necessitam do mesmo cuidado e atenção.

Mas a Educação Infantil, como todas as etapas da educação sempre estarão em processo de evolução e de reconstrução, tendo em vista o percurso da própria humanidade. É neste contexto de lutas e mudanças que se insere a legislação, este município e seus profissionais, assumindo o compromisso de aperfeiçoamento e melhoria constantes.





3. CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Contagem possui uma trajetória exitosa na organização e construção da política de Educação Infantil. A partir da compreensão da natureza desse atendimento, que passa a ser educacional, elabora coletivamente documentos orientadores que fundamentam a construção desta política, dentro da rede. O sucesso dessa elaboração é o resultado do reconhecimento e valorização dos saberes e experiências de seus profissionais, além da ampliação de seus conhecimentos.

Nessa perspectiva, em 2007, foi elaborado o documento intitulado “*Caderno da Educação Infantil Construindo o Projeto Político Pedagógico*” que apresenta concepções avançadas de Educação Infantil, a política de Educação Infantil de Contagem e as orientações para elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos destas instituições.

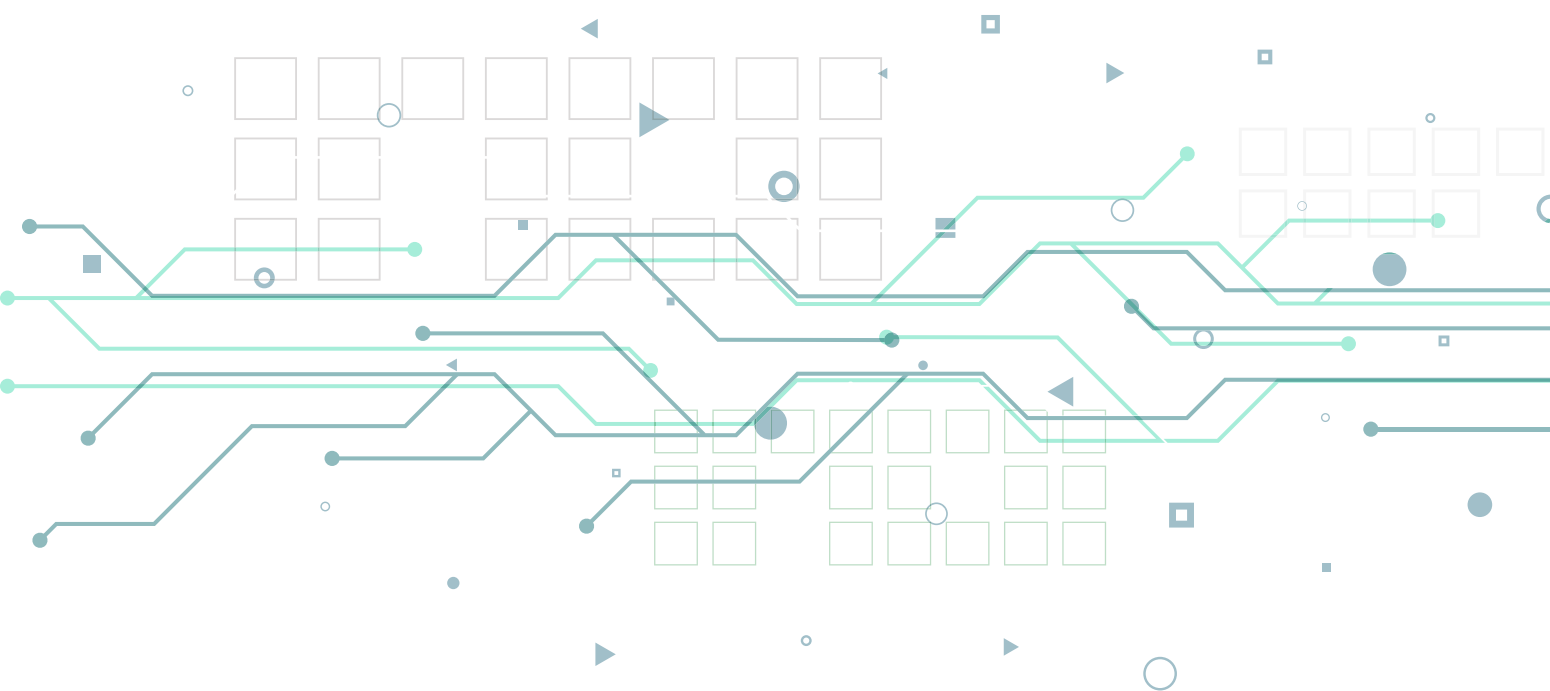
Dando continuidade a este processo, em 2012 foram publicados 11 (onze) cadernos que continham as discussões realizadas sobre currículo na Educação Infantil. A elaboração dos cadernos contou com a participação dos profissionais que atendem a Educação Infantil e assessoria externa. A partir desta construção, o currículo foi distribuído por campos de experiência. Esse foi um movimento inovador, por contemplar as especificidades da criança pequena e a maneira como se desenvolvem e aprendem, assimilando o mundo que a cerca.

Várias ações de formação foram efetivadas na tentativa do entendimento,

aprofundamento e implementação do currículo de Contagem. Porém, sabemos que trata-se de um processo que é lento, pois requer a quebra de paradigmas. Significa rever práticas executadas durante muitos anos e consideradas exitosas, pois estavam embasadas em concepções adequadas à época, mas que atualmente não atendem aos sujeitos que queremos formar, ativo, crítico e transformador.

Mesmo com o esforço de todos os envolvidos na elaboração dos Cadernos de Currículo, infelizmente, ainda existem práticas que nada tem a ver com o conteúdo dos mesmos: crianças passivas, fazendo cópias, colorindo desenhos prontos, colando “papezinhos” em desenhos relacionados às datas comemorativas, assentadas e dentro de salas de atividades durante quase toda a rotina.

Por outro lado, pode-se identificar também, instituições cujas práticas são modelos de atendimento, com produções maravilhosas, realizadas pelas crianças de 1 a 5 anos, cujos profissionais reconhecem seu potencial e competência. Crianças ativas, descobrindo o mundo por meio da interação com os colegas, com adultos, com os objetos e natureza, além de vivenciarem, por meio do planejamento intencional, a mediação dos profissionais que atuam nas escolas vinculadas, anexos, UMEIs e instituições parceiras, realizando vivências significativas, propiciando o desenvolvimento e aprendizagem de cada uma delas.



Ainda no processo de implantação e implementação do currículo de Contagem foi publicada a Resolução CNE/CP Nº02 de 22 de dezembro de 2017, que determinou a implantação da Base Nacional Curricular Comum – BNCC, em todo território nacional. A BNCC apresenta os direitos de aprendizagem na Educação Infantil e os Campos de Experiência a serem trabalhados.

Para Contagem, falar em Campos de Experiência não foi novidade. Por isso, o primeiro exercício realizado com os profissionais da rede, foi analisar o que aproximava os Cadernos de Currículo de Contagem à BNCC e quais eram os pontos inovadores deste documento.

A primeira grande diferenciação identificada foi a organização dos campos de experiência nos dois documentos. Os Campos de Experiência dos Cadernos de Contagem foram discutidos e publicados separadamente. A BNCC agrega os campos, de acordo com suas características e natureza. Acredita-se que essa foi uma estratégia criada visando evidenciar que o currículo da Educação Infantil é integrado.

A criança necessita e tem o direito de conhecer o mundo por meio de experiências significativas, por meio de sua interação com o meio físico e social, de ter acesso e entender que há inúmeras maneiras de representar tudo o que existe, por meio das diferentes linguagens. Não faz sentido fragmentar o currículo por conteúdos, disciplinas, linguagens ou mesmo por campos de experiência. Diante isso, o desafio será reelaborar o currículo de Contagem, atendendo a Resolução CNE/CP Nº02/17, que implanta a Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Outro ponto a se destacar é que Contagem fez adesão ao Currículo do Estado de Minas Gerais. Há, então, a oportunidade do município elaborar o currículo da Educação Infantil assegurando as especificidades do Estado. Essa elaboração será realizada ao longo de 2020, contando com a participação de profissionais de todas as instituições que atendem a Educação Infantil matriculadas no curso de currículo.

A proposta é que além de assegurar as indicações da BNCC e do currículo do estado, sejam inseridas as características da cidade de Contagem, que são específicas como a Comunidade Tradicional Quilombola dos Arturos, o polo industrial e agora comercial de Contagem, as abóboras, jabuticabas, dentre outras. Após a sistematização das discussões realizadas será publicado o novo Caderno de Currículo de Contagem, referência para todas as instituições reelaborarem seus Projetos Político-Pedagógicos.

Ponto preponderante a se discutir ao se falar em currículo da Educação Infan-

til é o princípio da indissociabilidade entre o cuidar e o educar. Esse binômio é tão entrelaçado que o ideal seria explicitá-lo ao longo do texto como cuidar educando e educar cuidando. Esse princípio faz parte da prática de todas as etapas, modalidades e níveis da educação. Porém, na etapa da Educação Infantil ele é ainda mais perceptivo, devido à dependência das crianças pequenas, que estão se conhecendo e construindo sua autonomia. Sabe-se da importância das ações denominadas como cuidado na construção da identidade da criança. Dependendo da maneira como são realizadas estas ações, se educa ou deseduca, se contribui para construção de uma autoestima elevada ou de uma baixa autoestima. Por isso, as ações como lavar as mãos, alimentar-se, escovar os dentes, limpar o “bumbum”, dar descarga, tomar banho, também fazem parte do currículo da Educação Infantil e, é função do professor da Educação Infantil ensinar as crianças a fazê-lo.

Da mesma forma que o(a) professor(a) ou o(a) Educador(a) tem que elaborar um planejamento intencional para os momentos de leitura de história ou uma atividade de classificação, deve elaborar um planejamento para esses momentos de emancipação e construção da autonomia, identificando as demandas da turma, os objetivos a alcançar, os registros, as intervenções necessárias e a avaliação.

Essa é outra discussão a ser realizada com os professore(a)s e educadore(a)s que atuam com as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade, com objetividade e clareza, pois apesar de alguns optarem por trabalhar na Educação Infantil, por vezes mantêm práticas que são específicas do Ensino Fundamental e, se recusam a implementar o currículo da Educação Infantil.

Seria muito interessante se cada professor(a) ou educador(a) da Educação Infantil refletisse sobre as experiências que têm proporcionado às crianças e, se indagasse, se essas experiências estão deixando *marcas ou cicatrizes*. Interessante lembrar que marcas estão relacionadas a alegria, a afeto, as memórias gratificantes vivenciadas ao longo da vida e, cicatrizes remetem a memória de dor, de constrangimento, de vergonha ou de menos valia...

A proposta do currículo da Educação Infantil é de deixar marcas, lembranças, de um tempo em que puderam explorar, expressar-se, trocar ideias com crianças da mesma idade, de idades diferentes, com adultos, se expressar por meio do desenho, da pintura, da escultura, da música, dos gestos particulares e pessoais, comprovando a sua autoria e competência. Infelizmente, para garantir um atendimento educacional mais apropriado às crianças de 0 a 5 anos, foi necessário que a BNCC deixasse bem claro que as crianças têm o direito de serem tratadas como crianças, respeitando-se o período da infância,

que não tem volta. Por isto, definiu os Direitos de Aprendizagem das Crianças na Educação Infantil:

1. CONVIVER - com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

2. BRINCAR - cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

3. PARTICIPAR - ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana (a escolha das brincadeiras, dos materiais dos ambientes). Assim a criança desenvolve diferentes linguagens e elabora conhecimentos, decidindo e se posicionando.

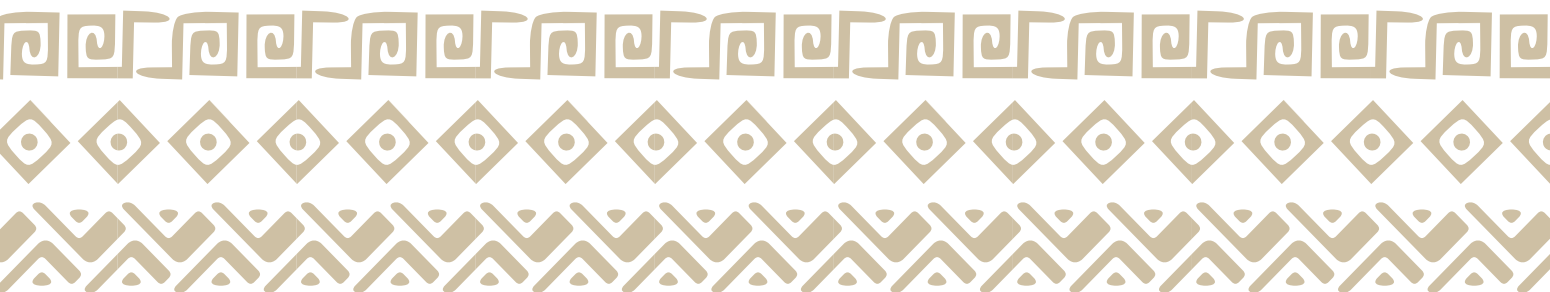
4. EXPLORAR - movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

5. EXPRESSAR - como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões e questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

6. CONHECER-SE - e construir sua identidade pessoal, social e cultural, construindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

É importante refletir que todos os Direitos de Aprendizagem estão com verbos no infinitivo, já indicando uma ação efetiva da criança em cada uma das propostas elaboradas pelo(a)s professore(a)s e educadore(a)s.

Dentro da mesma perspectiva, a BNCC organiza os saberes e conhecimentos



em cinco Campos de Experiência fundamentais para propiciar o desenvolvimento das crianças: Eu, o Outro e o Nós; Corpo, Gestos e Movimentos; Traços, Sons, Cores e Formas; Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação; Espaço, Tempo, Quantidades, Relações e Transformações. Dentro de cada Campo, definiu objetivos de aprendizagem que são divididos em três grupos etários: Bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.

Deve-se compreender que para a criança pequena não há limite de aprendizagem! O que a BNCC propõe é o mínimo a ser ofertado em uma instituição de Educação Infantil, independentemente de sua localização no Brasil. Mas, as características próprias do estado, município, contexto das comunidades atendidas e das próprias crianças e suas famílias definirão o alcance de novas propostas curriculares.

3.1. A CRIANÇA COMO FOCO

Se fosse realizada uma pesquisa nas instituições que atendem à Educação Infantil sobre a concepção de Criança que cada profissional concebe, certamente seriam levantadas respostas como: sujeito competente desde que nasce; sujeito histórico e social; centro do currículo. Apesar deste entendimento, muitas vezes esta concepção não é a que orienta as práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições.

Assegurar na prática essa concepção significa transpor desafios que, por vezes, nem imaginamos. Colocar a criança no centro do currículo significa conhecê-la em profundidade, identificar os conhecimentos que já construiu e aqueles que ela precisa ter acesso, significa ter uma escuta cuidadosa e intencional a fim de identificar seus interesses, desejos e necessidades.

Isso demanda além da observação e dos registros, a postura investigativa do(a)s professore(a)s e do(a)s educadore(a)s, para que estudem e ampliem seus conhecimentos a respeito de crianças, suas características e como aprendem; das infâncias, currículo e avaliação na Educação Infantil.

Esses conhecimentos embasam a construção de estratégias que possibilitarão o desenvolvimento integral da criança em *seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, conforme determina a LDBEN9394/96.*

Os critérios para distribuição de vagas na Educação Infantil, implantados a partir de 2020, certamente interferirá no público a ser atendido em cada uma das instituições. Necessariamente as UMEIs, escolas e anexos terão um público muito mais heterogêneo, considerando as matrículas compulsórias, os 50% de vagas para crianças em situação de vulnerabilidade e os 50% do sorteio. Em cada turma, haverá crianças de todos os níveis sociais, econômicos, culturais, com estruturas familiares diversas, com experiências e vivências diferenciadas.

Ao assegurar vagas para as crianças mais vulneráveis, o número de crianças negras nas instituições aumentará sensivelmente, haja vista as desigualdades de condições em que vivem os negros neste país. Considerando esse dado, cada instituição deverá prever ações relacionadas à Educação das Relações Étnico-raciais durante todo o ano.

O preconceito e o racismo ocorrem também na Educação Infantil. Não se pode fechar os olhos ignorando a resistência de algumas crianças em assentar próxima às crianças negras, dançar ou manter qualquer relação com elas. Há que se lembrar do papel da Educação Infantil na construção da autoestima, do autoconceito e da identidade de **todas** as crianças e, que é papel da equipe de professore(a)s ou educadore(a)s propor ações que fomentem estas construções, com vistas à equidade e direito de aprendizagem.

Elaborar projetos em que a diversidade esteja presente, sendo evidenciadas as diferenças existentes é de fundamental importância desde que a criança entra na escola. Prever no PPP o cuidado e as estratégias para implementação das Leis nº10. 639/03 e nº 11.645/08 e o tratamento que será dado ao tema diversidade de qualquer natureza: de cor, nacionalidade, estrutura familiar, deficiência, entre outras, orientará cada profissional a lidar com situações de preconceitos que ocorrem dentro e fora da escola, não podendo ser desconhecidas.

Nesse sentido, deve-se refletir que a criança que chega em uma instituição educativa deve construir os saberes que são específicos daquele local, como a forma de organização dos tempos, espaços, rotina, das relações estabelecidas entre as crianças, o(a)s professore(a)s e educadore(a)s e equipe ges-



tora e de funcionários. Não cabe na mesma caixa a organização familiar e escolar. Elas são distintas! Compreender as diferenças entre casa e escola é de fundamental importância para o amadurecimento das crianças. Aprender o significado das instituições também faz parte do seu desenvolvimento e aprendizagem.

Da mesma forma, apelidos não são bem-vindos em nenhuma situação escolar, incluindo chamar a professora de tia. O(a)s professore(a)s e educadore(a)s bem como todos os profissionais devem ser chamados pelos seus nomes.

A diversidade faz parte do contexto do povo brasileiro. Contagem, pela condição de município agregador, acolhedor e por ser um pólo industrial, possui a tradição de receber imigrantes advindos de outras partes do país e fora dele.

Ao receber uma criança imigrante, principalmente de outro país, a equipe de professore(a)s deve procurar entender sua situação e de sua família, a língua que falam, sua cultura e jeitos de ser. Se necessário, deve-se solicitar apoio à Seduc para que a inclusão destas crianças seja positiva e elas atendidas nas suas especificidades e necessidades.

Para se conhecer cada criança matriculada na sua turma, é de fundamental importância a avaliação diagnóstica, no início de cada ano letivo. Há de se refletir que ela coincide com o período de adaptação, que por si só, já é muito desafiador para as crianças e para os profissionais que atuam nas instituições. Porém, é possível criar estratégias para assegurar atividades que permitam oferecer aos professore(a)s e educadore(a)s elementos para analisar e conhecer cada uma das crianças sob sua responsabilidade.

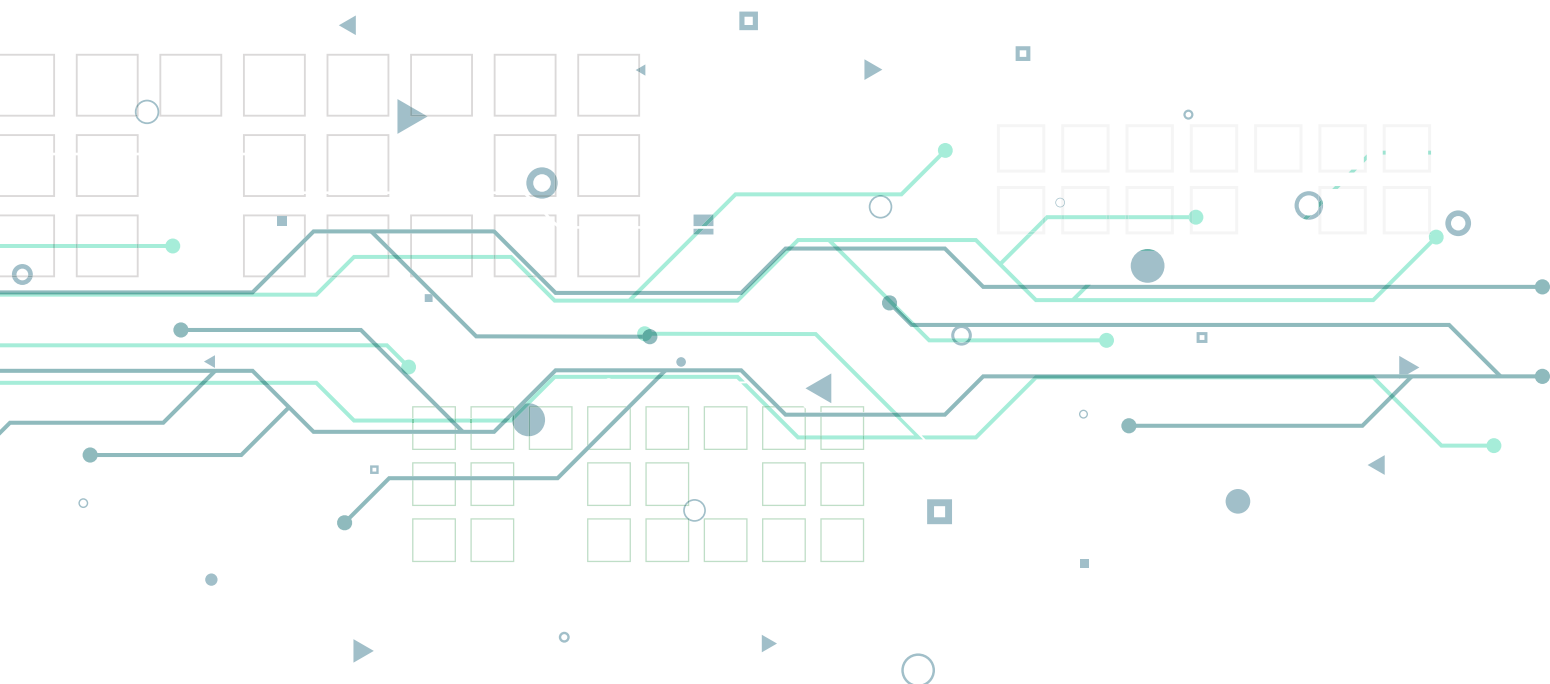
A avaliação diagnóstica deve ser considerada como uma importante aliada do(a) professor(a) ou educador(a) para definição de projetos a serem desenvolvidos com a turma, considerando a criança como foco. Para esta compreensão sugere-se algumas perguntas que orientarão o seu olhar: Quem são as crianças da turma? Qual a idade das crianças? A turma possui criança com deficiência matriculada? Qual deficiência? Que características especiais têm essa criança? Qual a proporção de meninos e meninas? As crianças frequentaram a instituição no ano anterior ou em anos anteriores? Que projetos foram



desenvolvidos nas turmas matriculadas? Que experiências foram propostas? As crianças pertencem àquela comunidade? Quais são as características dessa comunidade? Como foi o período de adaptação? As crianças tiveram facilidade de adaptação? Que atividades mais gostaram? Que atividades mais trouxeram incômodo à turma? Que conhecimentos demonstraram ao longo desse período? Qual o grau de independência demonstrado pela turma? Conseguem comunicar suas necessidades? Como resolvem seus conflitos? Como se comportam quando contrariados? Como se portam em relação a regras e limites? As crianças aceitam a alimentação ofertada na instituição? Trazem objeto de apego? Tem imigrantes na turma? Falam português? Que idioma utilizam? Existem crianças negras na turma? Quantas? Indígenas? Quantas? As crianças demonstram sono durante as atividades? Os responsáveis pelas crianças demonstram interesse em acompanhar seu processo de escolarização? Levam e buscam seus filhos no horário estabelecido pela instituição? Têm dificuldade em aceitar e cumprir as regras da instituição? Quantas crianças usam transporte escolar?

Esses são exemplos de perguntas que deverão orientar o olhar do(a) professor(a) ou educador(a). As perguntas deverão ser aperfeiçoadas considerando a idade e o contexto de cada turma e da instituição, mas caberá a cada professor(a) ou educador(a) a elaboração do perfil da turma, pensando nas potencialidades das crianças, seus interesses e necessidades.

A partir desse retrato inicial, o(a)s professor(a)s ou educadore(as)s terão um norte para elaborar seus projetos, seus planejamentos, atendendo às necessidades daquela turma, reconhecendo a criança realmente como foco,



considerando os fatores que a caracteriza e a define como sujeito: condições físicas, sociais, culturais e econômicas.

Salienta-se que esta é a parte vazia do currículo. Não estará descrita em nenhum livro, pois dependerá do grupo de crianças matriculadas naquela turma. Caberá ao professor(a) ou educador(a) articular a parte vazia do currículo, (que será constituída após responder às questões propostas para conhecer sua turma) com a parte cheia do currículo, que está dada oficialmente: a BNCC, o currículo de Minas Gerais e o novo Currículo da Educação Infantil de Contagem (em processo de (re)construção).

Mesmo que haja um projeto institucional definido para ser desenvolvido ao longo do ano, caberá a cada professor(a) ou educador(a) construir o projeto de sua turma dentro desse projeto amplo, considerando as características e necessidades das crianças. Nessa perspectiva, não cabe ao dirigente ou a(o) pedagogo(a) definir para os profissionais o projeto que vai desenvolver com a turma antes de conhecer as crianças.

A instituição poderá definir um tema, por exemplo: Identidade. Porém, cada professor(a) ou educador(a) deverá identificar as reais necessidades das crianças dentro desse tema, para elaborar sua proposta, seu projeto, junto com as crianças, considerando seus conhecimentos prévios e interesse. Se não há envolvimento das crianças na elaboração, execução e avaliação do projeto, não se pode dizer que um projeto foi realizado. Neste caso, houve uma proposta de atividades dentro de um tema, mas que, possivelmente, não atendeu às necessidades e expectativas da turma.

Da mesma forma, deve-se refletir sobre o trabalho com datas comemorativas. Que significado e o que acrescenta no desenvolvimento e aprendizagem da criança, colorir coelhos todo mês em que se comemora a Páscoa? Dia do índio? Mês das Mães? Folclore? Natal? Todo ano a mesma coisa, a mesma temática... Se não for construído um projeto em que a criança seja o centro, articulando os campos de experiência envolvidos de forma contextualizada, os conhecimentos já construídos pelas crianças e seus interesses, teremos crianças colorindo papéis prontos, passando o tempo na escola, realizando tarefas repetitivas e que não acrescentarão na construção e/ou ampliação de habilidades.

Colocar a criança no foco significa ainda, envolver as famílias das crianças nas discussões e atividades da instituição, entendendo que se a Educação Infantil é uma ação complementar a da família e eu só complemento aquilo que eu conheço.

Visando ampliar o conhecimento sobre as famílias e o contexto em que vivem, uma das estratégias mais eficientes criadas é de assegurar o preenchimento da ficha de anamnese pelo(a) professor (a) ou educador(a). Este é um dos primeiros momentos de encontro entre família e escola depois da matrícula da criança, mas que deve ser cuidado e assegurado pelas instituições, sendo de fundamental importância para o estreitamento de laços, para a construção de vínculo e de confiança entre os responsáveis e profissionais que lidarão com a criança. A ficha de anamnese reconstruída pela Seduc, a partir da análise dos documentos já existentes, encontra-se em anexo.

Apesar do discurso da importância da presença da família no acompanhamento das crianças, muitas vezes, sua entrada só é permitida para prestar contas do serviço prestado ou se deliciar nas festas. Quando a família tenta participar mais ativamente na instituição, com sugestões, questionamentos ou críticas é considerada invasiva. Poucas estratégias verdadeiramente de participação da família são criadas, como seu envolvimento efetivo nos projetos da instituição; participação em momentos da rotina; escola de pais; levantamento de temas a serem tratados nas reuniões; levantamento de possibilidade de participação nas reuniões, como dias e horários. Mas, no discurso há sempre a queixa da ausência das famílias no cotidiano das instituições.

Outras vezes as famílias são chamadas para ouvir reclamações do comportamento de seus filhos ou filhas como mordidas; desobediência; conversas excessivas. Como a família vai resolver uma questão, que está relacionada a prática que é desenvolvida em cada escola e ela não está presente? Os profissionais da educação, compreendendo as características da criança pequena, precisam se inteirar dos motivos pelos quais as crianças agem de determinada forma e, procurar a família somente quando todos os esforços tiverem sido implementados. Verificar se o planejamento tem contemplado as características da criança pequena, se os espaços estão adequados, se as mediações realizadas foram as mais apropriadas, enfim, como delegar a família questões que são do fazer pedagógico, por excelência? E, só então, tendo os profissionais da instituição esgotados todos os esforços para compreender e reverter o quadro, cabe sim, envolver a família e verificar se algo incomum está ocorrendo com a criança e/ou no contexto familiar, para que juntos, família e escola, construam estratégias visando a melhoria deste atendimento.

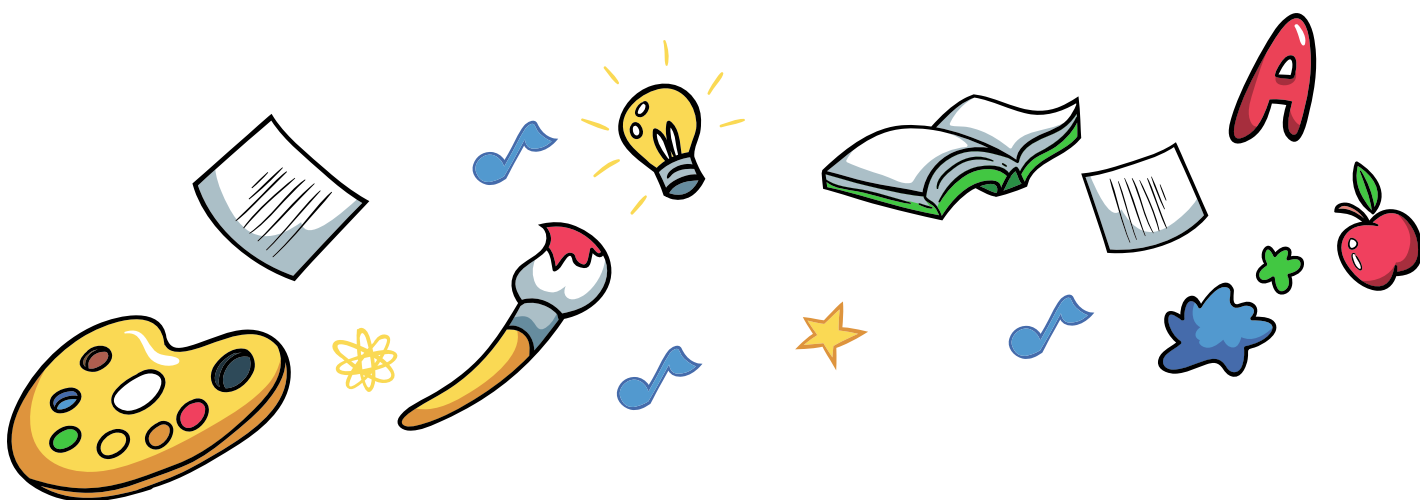
Colocar a criança no foco significa também entender que o espaço na Educação Infantil é considerado o segundo educador. O espaço, por si só, deve oferecer possibilidades de ações autônomas das crianças, que poderão atuar sobre o mesmo. A organização do espaço traduz a concepção de criança

que a instituição tem como referência para o trabalho que será realizado com elas. Assim, assegurar cantos nas salas de atividades como cantinho da leitura ou de brinquedos; materialidade ao alcance das crianças para que elas autonomamente busquem o material a ser utilizado nas atividades e, depois guardá-los; copos para beber água com nome de cada uma para ser identificado por elas são exemplos de como efetivar essa ação. Planejar espaços com acessibilidade e suportes que insiram as crianças com deficiência realmente nas propostas realizadas com a turma.

Ainda dentro da discussão do espaço precisamos entender que estes necessitam de uma organização harmônica em que a estética seja assegurada. Desta forma, ambientes organizados, limpos, cheirosos e enfeitados por elas são muito significativos. Para além da limpeza diária, manter os cantinhos arrumados, os armários sem entulhos expostos, organizados, etiquetados, colchonetes em locais definidos, locais para guardar as mochilas, enfim, um ambiente prazeroso de se ocupar.

Nas salas multiuso, assegurar livros organizados dentro de uma lógica propiciando a autonomia das crianças para escolha dos mesmos; brinquedos íntegros, limpos e organizados em caixas ou expostos de forma a propiciar o manuseio autônomo das crianças; fantasias em araras ou cabides; espelhos sem trincas ou quebrados. Temos que lembrar que somos referência e modelo para as crianças. Para elas, mais vale uma ação do que mil palavras.

Se a concepção de criança que é defendida no currículo é de sujeito competente desde que nasce, que produz conhecimentos e transforma o meio em que vive, por que projetar paredes com platôs criados por adultos, ou murais elaborados somente por professore(a)s e educadore(a)s para ornamentar a



instituição? Por que espaços organizados de forma que os adultos fiquem em evidência, sem nenhum atrativo para as experiências significativas que as crianças, de diferentes idades precisam vivenciar? Por que a necessidade de mesas e cadeiras em todas as salas, incluindo as de 1 e de 2 anos de idade? Por que todas as crianças realizando as mesmas tarefas o tempo todo? Por que professore(a)s ou educadore(a)s pegando nas mãos das crianças a fim de que suas atividades estejam apropriadas, atendendo ao desejo do(a) professor(a) ou educador(a), desconhecendo sua necessidade de experimentação e a sua etapa de desenvolvimento? Serão estas atitudes que evidenciarão a criança como foco?

As paredes da instituição de Educação Infantil devem retratar aquilo que as crianças produzem naquele espaço. As crianças devem se reconhecer em cada registro e relatar, a quem adentrar a instituição, o que gerou aquela produção; o percurso vivenciado; os conhecimentos adquiridos. Da mesma forma, os projetos desenvolvidos na instituição devem ser registrados e expostos de diferentes maneiras a fim de que os responsáveis acompanhem o trabalho desenvolvido com as crianças. Estes materiais fazem parte da documentação pedagógica daquela turma ou escola. As exposições dão vida ao ambiente, demonstram o caminho que as turmas estão percorrendo, respeitando as especificidades de cada uma. Vão dando visibilidade ao trabalho, para que as famílias entendam a importância da Educação Infantil, de como as crianças são competentes e de como aprendem.

Colocar a Criança no foco significa organizar os tempos dentro da instituição de forma a atender as suas necessidades. Todos os cronogramas, horários, organização, claro, dentro das possibilidades legais, deverão ser elaborados tendo como centralidade a criança.

Assim, ao organizar a rotina dos funcionários, as necessidades das crianças deverão ser atendidas. Temos como exemplo, os horários de alimentação. Para a criança pequena estes deverão ter o intervalo de pelo menos 2(duas) horas entre uma e outra refeição. Desta forma, atividades como a limpeza da cozinha e a confecção da refeição deverão ser estabelecidas a partir desta necessidade das crianças. Da mesma forma, a alimentação na Educação Infantil é currículo. Para que este momento seja tratado dentro desta perspectiva, cada turma deverá ter no mínimo 20 (vinte) minutos para alimentar-se, sem que haja uma disputa ou oportunidade de escolha entre comer ou brincar. Tem que ser permitido às crianças degustar o alimento, com calma, sentindo o cheiro e o sabor de cada item oferecido a ela. Além disto, as crianças estão aprendendo a comer sozinhas, precisam experimentar diferentes tipos

de alimentos, a aprender a comer com colher ou garfo e aprender a mastigar o alimento antes de engoli-lo. Sendo parte do currículo na Educação Infantil faz parte do fazer do(a) professor(a) e do(a) educador(a), observar e criar estratégias para que as crianças aprendam a se alimentar de forma saudável. Na Educação Infantil a alimentação é ofertada pela escola. Promover ações que possibilitem as crianças conhecerem os alimentos, cheirá-los, prová-los permitirão que elas ampliem o conhecimento que têm de frutas, legumes, hortaliças dentre outros e, ampliem o acervo de memória gustativa, tão importante nesta fase da vida. Envolver as famílias nesta discussão é de suma importância. Sabe-se do alto índice de obesidade infantil no Brasil. E, apesar de obesa, muitas crianças ainda estão desnutridas, pela qualidade dos alimentos que ingerem, de baixo teor nutritivo. A escola deve ser esta referência de alimentação saudável e as crianças devem aprender a se alimentar com consciência. Se a rede municipal e a rede de instituições parceiras enfrentam o desafio de oferecer um alimento saudável e de valor nutricional condizente com as necessidades das crianças os profissionais que atuam nestes estabelecimentos e as famílias das crianças matriculadas deveriam se unir visando assegurar que, pelo menos, durante a permanência da criança na escola, sua alimentação fosse saudável. Isso é currículo! Isso é papel da escola vinculada, do anexo, da UMEI e da instituição parceira.

A definição dos tempos para organização e limpeza dos espaços também deve obedecer ao ritmo e necessidade das crianças, assegurando a limpeza dos colchonetes, a lavagem dos brinquedos, das mesas de atividades e pisos, enfim, da organização após a alimentação ou atividade própria da Educação Infantil.

Os banheiros estão entre os espaços a que se deve dar mais atenção, quando se pensa na Educação Infantil. As crianças, para utilizar os sanitários, pegam e assentam no vaso. Estão aprendendo hábitos de higiene e, precisam de orientação para lavar as mãos logo após a utilização do vaso sanitário. Mas, muitas, antes de fazê-lo, colocam a mão na boca, dão as mãos para outros colegas, podendo assim, contrair alguma doença. Desta forma, os banheiros utilizados pelas crianças da Educação Infantil devem estar impecáveis ao longo da rotina, sendo assegurada a lavagem, pelo menos duas vezes ao dia.

Por fim, ter a criança como foco significa ainda, compreender esta etapa da existência, com os desafios específicos. A criança de 0 a 5 anos vive um período de muito adocicamento e, muitas vezes, os remédios têm que ser ministrados, mesmo depois do tempo de contaminação. A criança tem direito que a medicação seja garantida na instituição, desde que a família apresente a

receita médica com o nome da criança, o medicamento com a hora e a forma de ser ministrado à criança. Isso se aplica também a “bombinha”, que sendo ministrada nas horas e forma indicadas não traz risco para a criança.

A lista de formas para se colocar a criança em foco é interminável, mas acredita-se que cada instituição construirá este caminho a partir do reconhecimento, de fato, destes sujeitos, desde a criação instituição até a elaboração e implementação de seu PPP na prática.

3.2. RELAÇÃO ADULTO CRIANÇA

Um dos maiores desafios na Educação Infantil é romper com estereótipos ou com conhecimento do senso comum que fizeram parte da nossa construção como sujeitos. A trajetória vivenciada no percurso de construção da concepção de criança ainda está presente na sociedade e é preciso romper com estas amarras. De ser invisível ou um vir a ser; um adulto em miniatura ou um ser totalmente dependente e heterônomo, para sujeito competente e de direitos remete a quebra de paradigmas e muitas vezes a vivências pessoais, que constituiu a cada profissional que hoje atua na escola.

Porém, a concepção de criança conduzirá a prática pedagógica na instituição e a relação que os adultos estabelecerão com cada criança, seja ela branca, negra, imigrante, com deficiência, questionadora, mais quieta, enfim, sendo ela mesma. As atitudes e até a postura corporal diante da criança traduz a forma como ela é concebida. Se colocar no campo de visão da criança ao



dialogar com ela, procurando que ela veja os olhos de seu interlocutor e vice-versa é um exemplo, de como respeitá-la como sujeito. Assentar com ela, na rodinha, procurando ouvi-la verdadeiramente, dando significado ao que diz, estando atento às suas questões, interesses e desejos são outras formas de, na ação, traduzir, que lugar ela ocupa na proposta pedagógica.

Em se tratando de reconhecer a criança como sujeito de direitos e competente, há de se refletir que ela é um sujeito em construção, que tem maneiras próprias de ver e entender o mundo, mas que continuamente investiga, questiona, observa, experimenta, e tira conclusões, construindo paulatinamente seu acervo pessoal, que é intransferível.

Logo que nasce, a anomia, ou seja, ausência de regras, é uma das suas características da criança. Ela age por instinto e, paulatinamente, a partir dos estímulos e amadurecimento neuronal, vai construindo as ações com intencionalidade. Na medida em que é inserida no mundo, na cultura, em função da dependência que é sua característica, vivencia em todos os momentos a aplicação, na prática, das regras impostas pelos adultos e pela sociedade em geral. Até para sua proteção, os adultos determinam o que é correto ou não realizar, fazendo as interdições necessárias, como impedir que mexa no fogo, que enfie o dedo em uma tomada, que suba uma escada, sempre fazendo o corte e explicando o motivo do não. Neste movimento as crianças vão construindo saberes a respeito do que se pode ou não fazer, a partir da lógica do outro, definido assim, o que chamamos de heteronomia. Na Educação Infantil um dos pressupostos e objetivos do trabalho pedagógico é a construção da autonomia seja ela relacionada aos movimentos e independência física, intelectual ou moral. Por este motivo, o desenvolvimento moral deve fazer parte das práticas pedagógicas desenvolvidas na instituição.

Esta construção não se dá de um dia para o outro. Faz parte de um processo longo, de idas e vindas, reflexões constantes e muita persistência por parte de cada professor(a).

Várias são as estratégias a serem construídas em cada turma, em função das características das crianças como faixa etária, vivências anteriores, experiências, oportunidades, relação com as famílias em função da concepção que têm de criança, enfim, como em qualquer campo de experiência, muita observação, planejamento e pesquisa.

Propor que a turma reflita e construa regras para a realização das ações propostas pelo(a) professor(a), que serão referência para análise de comportamentos adequados para aquele grupo, é uma estratégia fundamental na

construção do desenvolvimento moral. A cada violação da regra, o(a) professor(a) voltar aos combinados e refletir com as crianças sobre suas ações, propiciando que a mesma seja reconhecida por todos e internalizada. Voltar às regras construídas por eles no início das atividades ou voltar a analisá-las a partir da necessidade, referendá-las ou modificá-las, fortalecem sua eficácia.

Essa ação não se aplica a regras impostas pelo professor, trazidas prontas e afixadas na parede da sala de atividades. Se a criança não refletiu e pontuou, por si mesma a regra colocada, ela não se reconhece naqueles combinados, ela não se esforça por cumpri-los.

As crianças não internalizam as regras prontamente, sendo este um processo. E, na medida em que algumas não as cumprem, apesar de todos os esforços, há de se pensar em sanções.

Piaget nos apresenta dois tipos de sanções: expiatórias e por reciprocidade, que os adultos podem utilizar neste processo de construção com as crianças. A escolha do tipo de sanção que será utilizada traduz a concepção que temos da construção do desenvolvimento moral e guiará estas intervenções.

As sanções expiatórias nada tem a ver com a ação da criança e, desta forma não permite que reflita sobre seu ato. Exemplificando, a criança bateu no colega e o(a) professor(a) determina que ficará sem parquinho, por este motivo. Ou, a criança espalhou o brinquedo e, por isto, ficará no cantinho do pensamento. Qual a relação entre estas atitudes e a sanção? A de se pensar que o cantinho do pensamento substituiu a palavra castigo. A criança é retirada e colocada em uma cadeira para pensar.... Pensar na Educação Infantil é objetivo a ser alcançado e, não deveria ser castigo!

As sanções por reciprocidade têm sempre a ver com o ato efetivado, possibilitando que a criança reflita sobre sua atitude e a reformule. Citando-se



os mesmos exemplos: a criança bateu no colega. O(a) professor(a) acolhe as crianças envolvidas, escuta as duas, analisa junto com elas o impacto de suas ações e constrói com elas a solução conjunta. Ou, a criança espalhou o brinquedo e, por isto, será convidada a juntar todos os brinquedos que espalhou.

Muitas vezes as atitudes das crianças têm a ver com as práticas pedagógicas que estão sendo propostas pelo(a)s professor(a)s, que devem refletir se estão adequadas, estão sendo desafiadoras ou enfadonhas. A criança precisa ser entendida e escutada. Tem o direito de ter assegurado no espaço da instituição, atividades que sejam significativas e interessantes, evitando o tédio e um comportamento inadequado, mas que traduz sua insatisfação. O professor, ao identificar uma ou mais crianças que não tem interesse no desenvolvimento das atividades, que utilizam desse tempo para infringir regras construídas pelo grupo, deve analisar seu planejamento e verificar se este atende as necessidades e especificidades da sua turma como um todo ou simplesmente parte dela. Também poderá envolver o(a) pedagogo(a) nessa análise.

Constatado um desinteresse e um comportamento inadequado da criança, após todas as análises e intervenções possíveis pela equipe de professor(a), deve-se envolver a família, conversando sobre a criança, sua rotina e comportamento em casa e em outros espaços, se está ocorrendo alguma situação diferente com ela que poderia causar o comportamento exibido pela criança, como por exemplo, o nascimento de um irmão ou a separação dos pais. Tentar a construção conjuntas de ações, porém assegurando a parceria que deve existir entre família e escola assegurando as responsabilidades de cada um.

Há de se pensar na responsabilidade de toda equipe da instituição de implementar o princípio do cuidar educando e educar cuidando, respeitando as crianças, que muitas vezes não tem voz, mas possui uma legislação robusta que assegura seus direitos, sendo muitas vezes desconhecida pelos profissionais e famílias. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei 8.069/90, traduz legalmente, como a criança deve ser atendida, cuidada, educada pelos adultos com as quais convive e, define criminalização para os responsáveis pelas violações.

O Art. 3º diz da responsabilidade de cada adulto que lida com a criança de assegurar o seu bem-estar integral.

Art. 3º - A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por

outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

O Art. 4º deixa claro a responsabilidade dos adultos que lidam com a criança de assegurar os seus direitos.

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Alguns artigos são mais específicos quando se trata de relação adulto-criança e a forma de educá-los.

Art. 18. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Parágrafo Único, considera-se:

I - castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em: a) sofrimento físico; ou b) lesão;

II- tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que: a) humilhe; b) ameace gravemente; c) ridicularize”.



A partir do Artigo 18 fica claro que as intervenções dos adultos, profissionais e familiares com as crianças devem ser respeitosas e faz parte do trabalho pedagógico. Não cabe a nenhum adulto se referir às crianças de forma desrespeitosa, por apelidos, indicando sua condição de vulnerabilidade, limpeza, forma de utilizar os cabelos, dentre outros. Ou mesmo agir de forma agressiva utilizando gritos ou empurrões para que a criança atenda a seus desejos. Estas ações infringem uma lei, por trazer consequências desastrosas para o desenvolvimento das crianças.

Finalizando, o ECA define que não só quem viola a lei pode ser punido, mas a omissão dos que presenciam as violações: colegas de trabalho, vizinhos, parentes, podem ser responsabilizados.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Nas reuniões de equipe e também, nas reuniões de pais esta legislação deve ser apresentada para que todos estejam atentos e seguros em relação ao tratamento dispensado às crianças com consciência e responsabilidade.

Assegurando ainda os direitos da criança todos os profissionais devem ficar atentos a possíveis sinais de maus tratos fora da escola vinculada, anexo, UMEI ou instituição parceira. É importante observar a criança quando é entregue aos professore(a)s: está diferente do normal? Parece triste ou angustiada? Está com marcas roxeadas ou qualquer sinal de violência pelo corpo? A criança relatou ou apresenta algum sinal de abuso sexual? Nesses casos, chamar imediatamente o(a) pedagogo(a) e/ou o dirigente para relatar o que foi percebido. Se concluírem ser uma suspeita de violência, abuso ou maus tratos, preencher a ficha de Notificação de Suspeita de maus tratos contra crianças, em anexo, e acionar imediatamente a SEDUC e o Conselho Tutelar, conforme as orientações para preenchimento da ficha de notificação, em anexo.





4. AVALIAÇÃO NA E DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Conforme os documentos orientadores de Contagem e as discussões realizadas ao longo do Curso “Avaliação na Educação Infantil” não existe uma prática pedagógica intencional e consistente sem que haja um comprometimento do(a)s professore(a)s e educadore(a)s com os componentes do processo avaliativo: planejamento, execução, observação, reflexão, mediação e registro.

Essa posição se justifica na perspectiva de que a proposta pedagógica está alicerçada na concepção da avaliação como promotora de todos os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem: criança, professor, educador, equipe gestora, familiares ou responsáveis. Esse processo remete às ações de análise, observação, reflexão, planejamento, execução, mediação, acompanhamento, registro, avaliação e replanejamento, tendo como objetivos a construção e/ou ampliação de habilidades desses sujeitos e a proposição de novas rotas a serem seguidas pelos profissionais que atuam com as crianças. Estas ações ocorrem o tempo todo, pois estão inter-relacionadas.

É papel do professor planejar atividades adequadas às crianças, de forma sistemática, tendo como foco o seu desenvolvimento e aprendizagem, dentro de uma metodologia que seja apropriada, de acordo com a faixa etária. Atividades dispersas, sem uma intenção definida, mesmo que tenha potencial para provocar avanços cognitivos podem representar apenas preenchimento de tempo. Por esse motivo, qualquer atividade planejada deve ter intencionalidade educativa clara do(a) professor(a) ou educador(a) e deve atender

à demanda da turma.

Definida a demanda, o(a)s professore(a)s ou educadore(a)s vão elencar os objetivos a serem trabalhados dentro dos Campos de Experiência da BNCC e criarão as atividades a serem realizadas, tendo em vista os objetivos definidos, além de já refletir sobre qual o tipo de registro será mais adequado para aquele momento. Certamente, haverá um campo de experiência que estará em evidência e outros que subsidiarão a realização deste planejamento.

Durante a execução da proposta, o(a) professor(a) ou educador(a) estará atento, observando as crianças; analisando se a atividade apresentou algum desafio, propiciando avanços no seu desenvolvimento; fazendo intervenções coletivas ou individuais, impulsionando a construção de conhecimentos; avaliando se a atividade atingiu ou não o objetivo pensado ao se elaborar o planejamento; identificando, durante a ação, quais são os fatos que deveriam ser registrados, que marcaram a realização da atividade. Nesse momento o(a) professor(a) vai identificar quais são as possibilidades de complexificação da proposta, tendo como referência o desempenho ao longo da execução da tarefa; enfim, é um momento em que execução, observação, mediação, reflexão, avaliação e replanejamento estão imbricados.

Salienta-se que o planejamento é pessoal e deve auxiliar o(a) professor(a) a construir caminhos visando o desenvolvimento e aprendizagem das crianças de sua turma. Existem elementos que o auxiliarão na elaboração da proposta tendo em vista os elementos imprescindíveis para esta elaboração: Demanda da turma, Objetivos, Campos (em evidência e outros envolvidos), a Metodologia que será utilizada, o Registro mais indicado para o tipo de ação e, que Intervenções serão necessárias. Ao retomar o planejamento, utilizar estas informações para dar sequência ao processo de construção de conhecimentos pelas crianças, criando uma metodologia sistemática de trabalho. Asseguradas as informações, o formato e a organização do planejamento dependerá do registro de cada professor(a) ou educador(a).

Deve-se ter clareza de que a educação é um processo e que todas as crianças partem de um lugar específico e avançam, conquistando patamares mais complexos em seu desenvolvimento, dependendo dos estímulos; cada uma do seu jeito e a seu tempo. Não há como generalizar o tempo e o ponto de chegada para todas. Mas, **todas** constroem conhecimento! É um percurso individual e, por isso, a maneira mais coerente de fazer este acompanhamento é por meio do relatório individual. Nele é possível identificar a criança e suas conquistas. Ela com ela mesma, pois este é o princípio que ampara a avaliação na Educação Infantil.

Entendendo-se a abrangência desta discussão, não há como definir a criança e caracterizar a construção de seus conhecimentos adquiridos por meio de um (x), ou marcando **sim (S), não (N), ou em desenvolvimento (ED)**, pois todas as crianças estão em desenvolvimento e **nenhuma** pode ser considerada como tendo alcançado o limite de seu desenvolvimento recebendo um SIM ou que nenhuma conquista pôde ser observada, recebendo um NÃO. Da mesma forma, a construção de conhecimento é um processo dinâmico e a criança muda constantemente.

A Educação Infantil vem sendo reconhecida por todos os setores, que começam a compreender sua importância e o que é próprio desta etapa da Educação Básica, não sendo mais aceitáveis a antecipação de conteúdos e as propostas de avaliação que são próprias do Ensino Fundamental.

A partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e da promulgação da Base Nacional Curricular Comum para a Educação Infantil - BNCC nota-se um esforço dos profissionais em conhecer, se apropriar e implementar um currículo centrado nas crianças, suas características e necessidades e não em conteúdos específicos, oferecendo um **cardápio** de possibilidades de experiências e vivências significativas, visando o seu pleno desenvolvimento.

Em se tratando de avaliação, existe um esforço por desnaturalizar concepções que comparam, julgam e segregam os sujeitos. Falar de avaliação na Educação Infantil é dizer de processos, que tem um caráter mediador, acolhedor e humanizador.

A avaliação **DA** Educação Infantil já nos remete para outro patamar de reflexão. Trata-se da avaliação da oferta deste atendimento, seja em nível local (dentro da própria instituição), municipal, estadual ou federal.

Por meio das pesquisas e do reconhecimento das concepções que embasam o atendimento à criança pequena sabe-se das condições ideais para assegu-

rar o desenvolvimento e aprendizagem dos pequenos de 0 a 5 anos. Porém, existe o possível dentro do ideal, que temos que lidar cotidianamente, em todas as esferas. É nesse contexto que este diálogo se desdobra.

Do ponto de vista municipal muito está sendo realizado nesta gestão, a partir do diagnóstico realizado em 2018, como assegurar PEB 1 em todas as turmas de 3 anos de idade; a garantia de um agente a mais nos turnos em que existe o atendimento de 0 a 3 anos; o cálculo de 1.5 professores e agentes; um secretário por turno nas UMEIs. Na rede parceira, aumento da per capita; aumento do recurso para alimentação; garantia de assessorias mensais e vagas em todas as formações.

Para 2020, além da continuidade dos avanços de 2019, todas as turmas de 1 a 3 anos serão atendidas por PEB1; as turmas de 1 ano terão um agente como apoio do professor e, existe a previsão de entrega de seis UMEIs. Na rede parceira, a continuidade das ações de 2019 e a garantia do aumento crescente da per capita tem permitido o avanço do atendimento qualificando-o.

Dentro deste contexto, em que as condições possíveis são as que possibilitarão o atendimento dentro de cada instituição, considerando suas especificidades, cabe a equipe gestora, fazer acontecer a Educação Infantil que a criança tem direito no seu local de trabalho. Sugere-se envolver a comunidade escolar, planejando momentos individuais e coletivos, para refletir e analisar como a Educação Infantil está sendo ofertada na instituição de sua responsabilidade e, dentro das condições existentes, construir planos que visem à melhoria do atendimento.

Acredita-se que este movimento de avaliação Da e Na Educação Infantil acarretará sistematicamente a melhoria do atendimento a cada uma das crianças da cidade.





5. ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CONTAGEM

A Educação Infantil em Contagem teve início com atendimento focado nos cuidados da criança pequena tendo em vista a necessidade das mães trabalhadoras. A partir destes atendimentos dispersos, houve a necessidade de uma organização que fortalecesse esse trabalho, que muitas vezes era voluntário e mantido com recursos próprios ou de doações e envolvesse o poder público, responsabilizando-o também pelo cuidado e educação da criança pequena.

Nesse contexto, em 12 de julho de 1979 as creches fundaram o Movimento de Luta Pró-Creches de Contagem, com o objetivo de fortalecer o trabalho realizado nestas instituições, além de estimular o surgimento de novas creches. Desde então, vem representando as creches junto ao poder público, lutando por conquistas e reconhecimento.

De acordo com a pesquisa do Programa de pós-graduação FAE/UFMG, intitulada *“A Educação Infantil no município de Contagem/MG, análise de uma política (1996-2010)”*, realizada por Sandro Coelho Costa, esse atendimento público data de 1979. Em 1989, inaugurou-se a primeira pré-escola construída e mantida pelo poder público municipal: o Polo Piagetiano Beija-Flor.

Reconhecendo a importância da Educação Infantil e da necessidade de aten-

der as crianças de 0 a 5 anos de idade, de forma profissional e qualificada, foram construídos os Centros de Educação Infantil – CMEI, cuja Lei 4905, de 17 de novembro de 2017, alterou sua denominação para Unidades Municipais de Educação Infantil – UMEI.

5.1. HORÁRIO DE ATENDIMENTO

O horário estabelecido para atendimento nas instituições da rede municipal é único, independente da sua localização ou da idade das crianças. O primeiro turno compreende o período de 7h às 11:30h. Como a criança pequena necessita da presença do professor para acolher as crianças na entrada do turno e durante sua entrega para os responsáveis, os portões das instituições são abertos às 11:20h, permitindo que as crianças sejam cuidadosamente devolvidas aos seus responsáveis, além de garantir o diálogo necessário entre os responsáveis e seus professores. O segundo turno é de 13h às 17:30h, sendo os portões abertos às 17:20h e a jornada integral, de 7h às 17:30h, sendo os portões abertos às 17:20h. A responsabilidade pela entrega das crianças até 11:30h ou 17:30h, dependendo do turno, é dos professores. A partir do horário da saída dos professores, a responsabilidade passa a ser dos gestores que devem se organizar para garantir a entrega de todas as crianças a seus responsáveis.

Não está previsto, dentro da organização do atendimento às crianças, horário diferenciado para crianças com deficiência, que têm o direito a mesma carga horária que as demais crianças, e que, são de fato, responsabilidade de toda a instituição e, não somente de cuidadore(a)s e/ou estagiário(a)s.

O horário também não pode ser diferenciado para o transporte escolar. Estes são prestadores de serviço, contratados pelas famílias e não deverão estabelecer a política de atendimento na cidade. O transporte escolar deverá adaptar sua organização aos horários das instituições. Recomenda-se realizar uma reunião envolvendo famílias e os responsáveis pelo transporte para apresentar a política de atendimento e estabelecer as regras para recebimento e entrega das crianças com segurança.

As crianças não podem ser entregues antes do horário, pois não há funcionários habilitados para cuidar de cada uma delas. Muito menos deixar crianças na rua, aguardando a abertura dos portões. Da mesma forma, deixar as

crianças, por longo período após a saída da instituição também traz grandes prejuízos ao seu desenvolvimento. A criança se sente negligenciada e abandonada pela família. Por esse motivo, a família deve respeitar os horários de entrada e saída, a fim de promover uma inserção segura da criança no ambiente escolar. Deixar a criança, do lado de fora do portão sem um responsável por ela ou após o horário na instituição, configura-se como abandono de incapaz.

Recomenda-se que o dirigente crie um caderno para registro de atrasos tanto na chegada quanto na saída das crianças e, casos recorrentes deverão ser encaminhados ao Conselho Tutelar. Já na primeira reunião com os pais ou responsáveis a indicação é que os gestores explicitem as consequências dessas ações que colocam as crianças em situação de vulnerabilidade; para que sejam estabelecidos combinados dos horários e da tolerância estabelecida e já avise sobre o caderno de registros. Isso traz segurança para a instituição, seus profissionais e famílias. Claro, que isso não se aplica a situações imprevistas e, em casos em que a criança tenha uma consulta médica, momentos em que as famílias deverão ser escutadas. Salienta-se que a Educação Infantil é um direito da criança e assegurar o tempo de permanência na instituição, bem como os dias de efetivo trabalho escolar está previsto na Lei 12.797/13. Com exceção das ausências causadas por doenças infecto-contagiosas, não é permitida, de forma alguma, a suspensão de criança na Educação Infantil. Elas não são responsáveis por seus atos e não podem passar por constrangimentos em função da atitude de seus genitores, como atrasos, ausências, negligências, tendo a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente assegurado seus direitos. De acordo com Art. 5º desta lei, *“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”*.

Da mesma forma, nenhuma atitude das crianças da Educação Infantil configura-se indisciplina, tendo em vista que estão em desenvolvimento, necessitando da realização de trabalho pedagógico específico para esta conquista. O Desenvolvimento Moral faz parte do currículo da Educação Infantil e, deve ser inserido na rotina, visando a construção sistemática da autonomia moral e intelectual. A interlocução entre escola e família é fundamental para que haja êxito neste trabalho.

Em Contagem, existem 24 instituições comunitárias, filantrópicas e/ou profissionais que possuem parceria para atendimento à Educação Infantil. Como

são instituições privadas seu funcionamento está pactuado no Plano de Trabalho firmado com a Prefeitura, desde que estejam em consonância com a Lei 12.796/13. Os responsáveis pelas crianças devem verificar o horário determinado e acompanhar o cumprimento do mesmo. O calendário Escolar, da mesma forma, deve garantir 200 dias de efetivo trabalho com crianças, além dos dias escolares.

Da mesma forma, os contratos dos funcionários das instituições parceiras são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e os presidentes e dirigentes de creches parceiras devem seguir rigorosamente a legislação garantindo o tempo de efetivo exercício dos profissionais e os horários de almoço e descanso. Salienta-se que a relação trabalhista firmada entre instituição e qualquer profissional que atua na rede parceira é de inteira responsabilidade da instituição contratante, não cabendo à Prefeitura, de acordo com o Edital da parceria, qualquer responsabilidade com funcionários.

*CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES
- 5.2. COMPETE À OSC: XII – Responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, relacionados à execução do objeto. A inadimplência da OSC, em relação ao referido pagamento, não implica responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO.*

5.2. ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO INFANTIL EM 2020

O atendimento à criança de até 5 anos na rede própria será realizado em 35 UMEIs, 10 anexos e 24 escolas de ensino fundamental com turmas vinculadas de Educação Infantil. Até o final de 2019 estão firmadas parcerias estabelecidas para esse atendimento, em conformidade com a Lei 13.019/14, em 24 instituições comunitárias, filantrópicas e ou confessionais. Em 2020 haverá novo Chamamento Público que oportunizará a entrada de novas instituições comunitárias, filantrópicas e/ou confessionais para complementar este atendimento e ainda, a ampliação das vagas já ofertadas nas atuais instituições parceiras. De acordo com o Plano de Trabalho firmado entre as partes, nesta gestão, a política de Educação Infantil deve ser assegurada nas instituições

parceiras, da mesma forma que os direitos como kits escolares e uniformes.

O atendimento à pré-escola, em Contagem, está universalizado. Todas as matrículas demandadas foram atendidas e não existe nenhuma criança destas faixas etárias em fila de espera. Para as crianças de 0 a 3 anos, ainda existe um déficit que se pretende minimizar com a construção de novas UMEIs e ampliação das UMEIs existentes.

Tão logo for finalizada a construção das seis novas UMEIs, previstas para 2020, o atendimento às crianças que demandam por vagas de 0 a 3 anos será ampliado, dando prosseguimento ao cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (Lei 13.0005/14) e Plano Municipal de Educação (Lei 4737, de 24/06/15):

Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

5.3. CADASTRAMENTO 2020

O preenchimento das vagas de Educação Infantil na rede municipal de Contagem é realizado por meio do Cadastro Escolar, publicado anualmente no Diário Oficial do Município.

As famílias interessadas efetivam a inscrição nas escolas, UMEIs ou anexos e, o encaminhamento para análise ocorre dentro do zoneamento escolar.

Em Contagem, toda demanda manifesta de 4 e 5 anos está sendo atendida. Para as crianças de até três anos, existem critérios para a distribuição das vagas. A partir de 2019, os critérios para essa distribuição de vagas para 2020 tiveram pesos, que somados apontaram as crianças mais vulneráveis inscritas, que ocuparam 50% das vagas. Os outros 50% foram preenchidos por meio de sorteio público. Vagas para crianças com deficiência ou que estavam sob Medida de Proteção foram asseguradas compulsoriamente, antes da distribuição das vagas existentes.

De acordo com a **Resolução 02/2019**, de **13/06/19**, as vagas para Educação Infantil foram distribuídas a partir dos seguintes critérios, apontados no Capítulo II:

“Da Distribuição das Vagas da Educação Infantil

Art. 7º As vagas existentes serão distribuídas por idade, tendo como referência o zoneamento escolar, definido a partir do endereço residencial dos responsáveis legais, que, obrigatoriamente, deverá ser dentro do Município de Contagem, ou do endereço do trabalho dos responsáveis, ambos devidamente comprovados.

Art. 8º As crianças de 4 e 5 anos terão vaga assegurada na Rede Municipal de Educação de Contagem, considerando a obrigatoriedade da lei, preferencialmente de acordo com o zoneamento escolar.

Art. 9º Em caso do número de vagas, para as crianças de 1 a 3 anos, ser inferior ao quantitativo de inscrições, haverá um processo de distribuição, cujo provimento obedecerá a seguinte ordem:

I. Matrícula compulsória, preferencialmente de acordo com o zoneamento escolar, para:

a. criança com deficiência, mediante laudo médico, de acordo com o Decreto Federal 3.298, de 20 de dezembro de 1999. As crianças com deficiência, independente da data em que demandarem por uma vaga, serão contempladas com matrícula compulsória dentro do processo de distribuição de vagas.

b. criança sob medida de proteção com ordem judicial – Lei Federal 8.069/1990;

c. criança filho(a) de adolescente, cumprindo medida socioeducativa, de acordo com o item III, do art. 49, da Lei Federal 12.594/2012.

d. Criança abrigada, com comprovação;

II. Do restante das vagas:

a. 50% (cinquenta por cento) delas serão destinadas para famílias definidas como vulneráveis, por meio da comprovação dos critérios abaixo, conforme pesos definidos a partir de sua complexidade:

§1º família cadastrada no CAD Único, mediante comprovação e número do cadastro – peso 10;

§2º Família atendida pelo CREAS, mediante comprovação – peso 10;

§3º Crianças, cujos pais ou cujo responsável legal tenha alguma deficiência, mediante laudo médico – peso 10;

§4º Mãe agredida ou que se encontre em situação de violência doméstica

e/ou familiar com apresentação de exame de corpo de delito e Boletim de Ocorrência – peso 10;

§5º Criança com teste de pezinho positivo e confirmado para doenças, com comprovação médica – peso 10;

§6º Criança com quadro de desnutrição energético-proteica grave, com comprovação médica – peso 10;

§8º Criança com HIV – peso 10;

Parágrafo único – Caso haja empate, as vagas serão definidas a partir da pontuação, considerando a incidência dos critérios acima, e o desempate será efetivado, se os dois responsáveis estiverem presos.

III. 50% (cinquenta por cento) das vagas serão destinadas para sorteio público, do qual participarão todas as crianças inscritas e não contempladas pelos critérios anteriores.

IV. Os critérios para cálculo dos 50% (cinquenta por cento) de vulnerabilidade serão válidos somente durante o processo de distribuição de vagas. As famílias que demandarem vaga, após o encerramento das inscrições, serão inseridas na lista de espera das instituições.

Art. 10º Os sorteios públicos serão realizados, com o objetivo de:

I. preencher as vagas existentes;

II. criar a lista de espera de Escola Municipal, Anexo ou Umei, contendo todas as inscrições realizadas na cidade;

Parágrafo único. Todas as crianças inscritas e que não conseguiram vaga terão seus nomes sorteados, visando à criação da lista de espera, que será a referência para o preenchimento de vagas que surjam ao longo do ano letivo.

Art. 11 Para as crianças de 0 a 3 anos de idade, não cabe à Seduc a responsabilidade do transporte escolar. Ficando a cargo da família da criança seu transporte, em caso de ser contemplada com uma vaga para a referida faixa etária.

(...)

Art. 13 No caso de irmãos gêmeos, a matrícula será assegurada a todos os gemelares, caso seja ofertada inicialmente a vaga para apenas um deles, na mesma instituição.

Art. 14 Não haverá sorteio se o número de vagas for maior que o número de

inscrições em um mesmo zoneamento”.

Conforme explicitado na Resolução de Cadastro Escolar nº 02, de 13 de junho de 2019, para atender as crianças com deficiência ou sob Medida de Proteção, no caso das matrículas compulsórias, as turmas poderão exceder em até duas crianças do quantitativo previsto. Infelizmente, ainda não é possível atender a toda demanda de até três anos na cidade. Da mesma forma, no caso de crianças com 4 e 5 anos, cuja matrícula é obrigatória, as turmas poderão exceder em até duas crianças do quantitativo previsto, caso haja novas demandas no sobre cadastro.

Capítulo IV – Da organização das Turmas de Educação Infantil – Art. 32. O planejamento do atendimento escolar da Educação Infantil será formulado com base nos dados obtidos do cadastro escolar, na análise do fluxo escolar e na capacidade física das escolas, observando-se:

I. Organização das turmas e faixas etárias:

a) 5 anos: 24 (vinte e quatro) crianças por turma – nascidas no período de 01/04/2014 a 31/03/2015;

b) 4 anos: 20 (vinte) crianças por turma – nascida no período de 01/04/2015 a 31/03/2016;

c) 3 anos: 16 (dezesesseis) crianças por turma – nascida no período de 01/04/2016 a 31/03/2017;

d) 2 anos: 10 (dez) crianças por turma – nascidas no período 01/04/2017 a 31/03/2018;

e) 1 ano: 10 (dez) crianças por turma – nascidas no período de 01/04/2018 a 31/03/2019;

II. O quantitativo de cada turma, estabelecido no inciso I, do art. 31 desta Resolução, poderá ser excedido em até 02 (duas) crianças, em função do atendimento ao direito prioritário da criança com deficiência, criança sob medida de proteção ou em atendimento ao Art. 4º, da LDBEN 9394/96.

A ampliação do atendimento com a construção de novas UMEIs e adaptação de prédios existentes está sendo efetivada, de forma a cumprir os Planos Nacional (Lei 13.0005/14) e Municipal de Educação (Lei 4737, de 24/06/15), que determinam o atendimento a no mínimo, 50% das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos, até 2025.

A rede de instituições parceiras, por serem privadas, possuem critérios pró-

prios para distribuição de suas vagas, registrados em seu regimento e PPP e acordados com as comunidades com as quais estão ligadas. Em sua maioria atendem as crianças em jornada integral.

As próprias instituições decidem o atendimento que ofertarão, apresentando sua proposta no momento de se firmar a parceria, com exceção de algumas regiões, em que existe uma organização acordada com a Seduc, de forma que o atendimento obrigatório seja garantido.

5.4. PERÍODO DE ADAPTAÇÃO

O período de adaptação é um direito da criança e deve ser planejado, com antecedência, pelos profissionais de todas as instituições que atendem a Educação Infantil, seja na rede pública ou parceira. Esse período se estende também às famílias e aos profissionais, pois trata-se de um recomeço para todos os envolvidos na educação das crianças.

O sentimento de ansiedade é uma característica dos pais e responsáveis ao matricularem seus filhos e filhas, mesmo que já sejam estudantes da instituição. Sentimento que se potencializa quando a criança é novata ou esteja vindo de outra unidade educacional.

A acolhida das crianças e seus responsáveis na instituição de Educação Infantil poderá garantir um início exitoso na relação entre a escola e as famílias. Dessa forma, torna-se emergente planejar esse (re)começo, oferecendo às famílias o máximo de informações disponíveis que as orientem nessa caminhada, como o planejamento dos primeiros dias de atividades, se tiver definido; o nome dos professore(a)s/ educadore(a)s e agentes que estarão responsáveis pelas turmas; o nome do(a) dirigente, do(a) pedagogo(a); normas da instituição, o horário de atendimento, telefones para contato. Enfim, tudo que envolver as crianças e suas famílias. Isso gerará um sentimento de maior segurança para todos.

No atendimento à Educação Infantil, crianças de 0 a 5 anos, a articulação com as famílias está prevista inclusive na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96, **Art. 29** “A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e

social, **complementando a ação da família e da comunidade**". (Grifo nosso).

Quando a criança (re)inicia em uma instituição educativa, **independentemente do período do ano letivo** em que ocorra a entrada, existe a necessidade de se refletir sobre sua adaptação, bem como a adaptação das famílias e dos profissionais da educação. Essa temática deve ser abordada no PPP de todas as instituições que atendem a Educação Infantil: creches, UMEIs, anexos ou escolas com turmas vinculadas.

No início do ano letivo, quando uma grande quantidade de crianças retorna ou inicia o atendimento na instituição, o planejamento desse período denominado **"Período de Adaptação"** deve ser elaborado coletivamente e com antecedência. Essa organização possibilita o sucesso do reinício das atividades e do acolhimento aos diferentes sujeitos que precisam ser observados e tratados com atenção e muita sensibilidade, tendo em vista as demandas específicas de cada um.

É preciso estar atento, pois todos os envolvidos no processo educativo: crianças, famílias, professores, agentes, educadores e funcionários vivenciarão esse processo de diferentes formas. As reações de cada um neste período dependerão do seu modo de vida, suas experiências e os desafios enfrentados durante sua existência.

Pensar um período de adaptação que atenda a todos de forma específica é, sobretudo, um desafio que garantirá ou não o estreitamento de laços de confiança entre crianças, famílias e as instituições educativas.

Para maioria das crianças, foco do processo educativo, entrar em uma instituição de educação, significa enfrentar uma nova rotina de vida, conviver com pessoas e ambientes desconhecidos. Os profissionais devem estar atentos às diferentes manifestações que evidenciam o sentimento e a forma com que estão lidando com essa novidade, pois as crianças utilizam diferentes linguagens para se comunicar: choro, sorriso, apatia, expressões corporais, agitação, gestos, palavras, disfunções orgânicas, toques e outras. Contudo, a convivência harmoniosa, a paciência e a observação são as chaves do sucesso para a construção de vínculos positivos que se estabelecem entre adultos e crianças.

Muitos pais se sentem angustiados e culpados ao compartilharem a educação de seus filhos com pessoas estranhas e ficam amedrontados com as novas vivências. Para várias famílias que já educam seus filhos e filhas utilizando espaços variados é mais tranquilo deixá-los nas instituições. Mas, para a maioria das crianças, ficar fora de casa, com adultos estranhos traz apreensão, po-

dendo tornar-se um sofrimento. Acostumada a conviver em um círculo restrito de pessoas, a criança pode vivenciar sentimentos de medo, insegurança e ansiedade por estar em um ambiente desconhecido, com pessoas desconhecidas.

Esses são sentimentos naturais e passageiros, pois vivenciando essa nova experiência, de forma positiva, gradualmente as crianças vão ganhando confiança e construindo vínculos, permitindo assim, que a instituição se torne algo agradável e desejado por elas.

Ressalta-se que este também é um momento oportuno para o estabelecimento de relações de confiança e parceria com as famílias. Conhecer, observar e dar um tratamento adequado a cada criança e família é possibilitar realmente **a construção de parcerias** e garantir uma **ação compartilhada** na educação das crianças.

Por isso, é importante estimular a participação dos pais, por meio do diálogo constante, da apresentação das regras que orientam o funcionamento da instituição, de informações seguras sobre as dificuldades que o filho possivelmente enfrentará e da importância de sua contribuição para o sucesso da entrada e permanência da criança neste espaço educativo.

O ideal é realizar uma reunião, apresentando a proposta pedagógica da instituição, aos familiares, o(a)s professore(a)s e/ou educadores, o(a)s agentes e funcionário(a)s que estarão diretamente ligados às crianças; além das regras de funcionamento da Educação Infantil em Contagem como os horários de entrada e saída e a questão da alimentação saudável, balanceada e adequada às necessidades nutricionais das crianças, e que já é ofertada pela Prefeitura, kits e outras informações importantes. Sugere-se também, realizar uma excursão pelos espaços da instituição apresentando-os às crianças e respectivas famílias. Salienta-se que esta atividade não pode ser obrigatória nem excludente, tendo em vista que muitas famílias trabalham e não tem como realizá-la.

Além do diálogo e de orientações, a instituição deve garantir atividades conjuntas durante uma parte da rotina, envolvendo os profissionais, as crianças e seus familiares. O importante é assegurar que tais atividades não sejam obrigatórias e que elas possibilitem a ação de todas as crianças, inclusive daquelas cujas famílias não possam comparecer.

Outro ponto importantíssimo é assegurar que os familiares não saiam escondidos da criança, que precisa ser esclarecida sobre essa ausência naquele período de tempo, pois os pais voltarão para buscá-la. Informar ainda, para as

famílias sobre a angústia vivenciada pela criança nesse período e solicitar que não se atrasem para buscar os filhos pois, para a criança, essa atitude pode gerar o sentimento de abandono. Além disso, se for preciso tirar a criança do colo dos responsáveis, sugere-se que um outro profissional o faça, evitando que a criança relacione essa separação à figura de seu agente ou professor.

Nesse período, não podemos nos esquecer dos objetos de apego, que representam segurança para a criança: bico ou chupeta, fralda, travesseiro, cobertor, manta, brinquedos, mochila, merendeira, pasta ou qualquer outro objeto eleito por ela. Além de permitir sua utilização na instituição, não se deve retirá-los nessa fase, principalmente de maneira brusca ou sem o consentimento da criança.

São inúmeras as possibilidades de se garantir uma inserção segura e mais feliz para todos. Nesse sentido, deve-se estar atento, pois ao mesmo tempo que esse é um período rico, podendo ser utilizado para potencializar as relações entre instituição e comunidade, ele também requer muita sensibilidade, coerência e compromisso com as crianças e suas famílias.

Visando planejar o período de adaptação em todas as instituições da rede própria e parceira, desde 2018 são enviadas orientações, por meio de ofício com sugestões para serem refletidas e implementadas.

Sugere-se primeiramente, que nos dois primeiros dias de atendimento, todas as crianças da Educação Infantil sejam dispensadas com duas horas de antecedência. Nas duas horas em que o(a)s professore(a)s e/ou educadore(a)s estiverem sem crianças orienta-se que os dirigentes e pedagogo(a)s elaborem uma escala para os professore(a)s ou educadore(a)s receberem os pais ou responsáveis para preenchimento da ficha de anamnese. A ficha de anamnese foi elaborada em 2019, fazendo-se o compilado das fichas utilizadas pelas instituições nas duas redes.

As entrevistas deverão ser realizadas exclusivamente pelo(a)s professore(a)s e educadore(a)s. Orienta-se também, que por ser um momento especial para conhecimento e trocas entre família e escola, as fichas não deverão, em hipótese alguma, serem preenchidas pelo secretário ou enviadas para a casa, sendo seu preenchimento realizado presencialmente. Como não haverá tempo hábil para o preenchimento de todas as entrevistas nesses dois dias, nos tempos pedagógicos dos primeiros meses os professores deverão convidar os pais para finalizar essa tarefa na instituição.

Considerando as diferenças individuais entre as crianças, suas vivências e experiências, sugere-se que o período de adaptação seja pensado de forma

diferenciada, atendendo às especificidades de cada uma. A partir das observações do(a)s professor(a)s ou educador(a)s, cada caso deverá ser analisado e criadas estratégias variadas visando garantir uma entrada digna e respeitosa, que assegure o bem-estar de cada uma das crianças e suas famílias.

Durante o período em que estiverem na instituição o(a)s professor(a)s, educador(a)s e agentes deverão observar e verificar as crianças que estão com maior dificuldade para permanecer durante toda a jornada no estabelecimento escolar e conversar com as famílias dessas crianças verificando a possibilidade de estender por mais dois dias o horário diferenciado.

Os profissionais que vão lidar com as crianças precisam compreender que também se encontram frente a novos sujeitos e necessitam de paciência e de tempo para conhecê-los e compreendê-los melhor, pois os vínculos são construídos cotidianamente, com respeito e profissionalismo.

Outras orientações são indicadas para as instituições elaborarem propostas para o período de adaptação, buscando garantir maior tranquilidade para as crianças, famílias e profissionais:

- No momento da matrícula, as famílias deverão ser informadas sobre o Período de Adaptação e suas implicações;
- No primeiro dia de aula, as famílias deverão receber, por escrito, todas as informações sobre o funcionamento da instituição: nome, endereço, telefone, horário, nome dos responsáveis pela direção, pedagogo(a)s, nome do professor(a) e/ou educador(a) e agente, da turma da criança e as rotinas básicas.
- O período de adaptação deve se caracterizar pela flexibilização:
 - ▶ **de rotinas** - priorizar atividades mais lúdicas, prazerosas e agradáveis que estimulem nas crianças o desejo de voltar no outro dia;
 - ▶ **da relação com a família** - que deve ser estimulada a permanecer um tempo na instituição e participar junto com a criança de algumas atividades. A instituição deve assegurar na equipe uma pessoa disponível para atender às famílias, conversar, esclarecer dúvidas, dar apoio e sugestões;
 - ▶ **dos tempos** - que podem ser alterados a partir da observação e necessidades de cada criança, possibilitando que ela se sinta atendida, cuidada, protegida e querida;

-
- A horizontal banner filled with various colorful icons representing different fields of study: an airplane, a planet, a rainbow, a cloud, a lightbulb, a plus sign, a crescent moon, a mouth, a pencil, a star, a car, and musical notes.

após devolvida, enviada para a Diretoria de Relações Etnico-raciais, Direitos Humanos e Cidadania, para ser traduzida e reencaminhada para a instituição: etnicoraciaisdh@edu.contagem.mg.gov.br

- As turmas que forem abertas ao longo do ano e as crianças matriculadas após o início das atividades também têm necessidade de passar por esse processo, de forma cuidadosa e organizada. Dessa forma, cada instituição deverá planejar ações para receber essas crianças e suas famílias, pois além de ser uma necessidade, o **Período de Adaptação** é um direito da criança, sujeito único e com especificidades que o distinguem dos demais.

5.5. Programa Saúde na Escola (PSE)

De acordo com a LDBEN, Art. 29. A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, **complementando a ação da família e da comunidade.**

Um dos maiores diferenciais encontrados nessa etapa da educação básica é o princípio que orienta as práticas pedagógicas na Educação Infantil: cuidar educando e educar cuidando, o que implica reconhecer que essas ações são indissociáveis na Educação Infantil.

As propostas curriculares devem assegurar a criança como foco. Isso significa que ao pensar a organização dos tempos, dos espaços, dos profissionais, das atividades, a criança deve ser o centro das atenções. Seus interesses e suas necessidades devem ser considerados para se planejar o atendimento.

Por meio da construção progressiva da autonomia da criança seja física, intelectual, emocional ou moral a criança amplia suas possibilidades de se movimentar, do autocuidado, de explorar o mundo, conhecer as pessoas a sua

volta, se relacionar com cada uma, agir sobre o mundo, se comunicar, se conhecer, compreender a si e aos outros, refletir, resolver situações problemas, tomar decisões, enfim, aprender e utilizar esses conhecimentos quando necessário.

Dentro dessa compreensão, o currículo da Educação Infantil abrange tudo e todos e visa possibilitar a construção dessa autonomia progressiva da criança, que chega a esse mundo e precisa conhecê-lo, significá-lo, entendê-lo, interagir com as pessoas e objetos, experienciar, construir hipóteses, testar, ampliar seu repertório em todas as linguagens. Todas as propostas devem estar contextualizadas, de forma que a criança veja significado naquele aprendizado. Assim, as propostas pedagógicas a serem ofertadas devem ser planejadas intencionalmente pelo(a)s professore(a)s, acompanhadas, avaliadas, registradas, refletidas e reformuladas.

Ao mesmo tempo em que a criança pequena é um sujeito de direitos, competente, que constrói conhecimentos por meio das interações com o mundo físico e social, ela ainda é muito frágil do ponto de vista da independência, segurança e cuidados. Assegurar a progressiva autonomia significa também ter consciência das limitações e de suas possibilidades das crianças, visando superar seus limites.

Pensar em ações complementares as da família e comunidade significa ampliar o leque de possibilidades ao se pensar em currículo da Educação Infantil. Da mesma forma, significa que a Educação Infantil atinge não só as crianças, mas também as famílias e as pessoas ao seu redor. Essa característica favorece a implantação de uma ação intersetorial na Educação Infantil.

Compreendendo as especificidades da criança pequena e a necessidade de compartilhar sua educação e cuidados com a família e a comunidade, foi implantado em 2019, o Programa Saúde na Escola na Educação Infantil na Rede Municipal de Contagem.

O **Programa Saúde na Escola - PSE** é uma política intersetorial executada entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Educação.

O Programa prevê ações distribuídas em três eixos:

- 1) Promoção da Saúde;
- 2) Prevenção a doenças e agravos;
- 3) Formação.

Entende-se que algumas ações pedagógicas cujas temáticas fazem parte do **PSE** são inerentes ao currículo da Educação Infantil e, muitas vezes já fazem parte das propostas pedagógicas das instituições, **porém devem ser tratadas de forma contextualizada e significativa.**

Dentro dos Eixos do Programa Saúde na Escola, algumas ações devem ser asseguradas em todas as instituições que atendem a Educação Infantil.

I) PREVENÇÃO CONTRA DOENÇAS E AGRAVOS

→ **Combate à Dengue:** A cada ano aumenta o quantitativo de casos de Dengue, Zika e Chikungunya em todo país, configurando-se como um problema de saúde pública. Sabendo que está nas mãos da população o enfrentamento desse desafio, a forma mais eficaz para minimizar esse quadro é a educação das comunidades. Essa temática faz parte do Currículo da Educação Infantil, dentro do Campo de Experiência: “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações” (BNCC) e deve ser abordado com as crianças de forma criativa e envolvente.

→ **Imunização:** Em função da fragilidade da criança pequena e a importância de assegurar a imunização de forma sistemática, torna-se necessária a ação de um adulto para acompanhar e responsabilizar-se pela garantia desse direito. Dessa forma, deve-se assegurar a conferência anual dos Cartões de Vacina pela secretaria das UMEIs, escolas vinculadas, anexos e instituições da rede parceira, nos momentos de matrícula e de renovação de matrícula e, **caso estejam desatualizados, encaminhar as famílias para sua atualização.**

II) PROMOÇÃO DA SAÚDE

→ **Nutrição e Alimentação saudável:** Atualmente existe um grande número de crianças obesas, ou acima do peso. Da mesma forma, um grande número de crianças subnutridas e/ou com quadro de anemia, além das crianças que necessitam de dietas especiais. Faz parte do currículo da Educação Infantil a construção de hábitos alimentares saudáveis, por meio da Educação Alimentar. Isso envolve a apresentação dos alimentos, sentir seu cheiro, textura, sabor e gradativamente, inserir novos alimentos na sua dieta, valorizando os alimentos que sejam saudáveis. Isso exige um esforço dos profissionais e familiares, pois culturalmente o consumo de doces, biscoitos recheados, refrigerantes, sucos de caixinha, balas, pirulitos é muito valorizado nessa faixa etária. Para além do trabalho pedagógico com as crianças, orienta-se inserir

essa discussão junto a comunidade escolar.

→ **Escovação diária:** A ocorrência de cáries nas crianças da Educação Infantil ainda é muito frequente em função do mito de que terão uma dentição nova no final dessa fase. É comum famílias justificarem cáries como um problema transitório, tendo em vista que haverá troca de dentes. Sabe-se que crianças com 9 cáries ou mais são diagnosticadas como “**Evento Sentinela**” e este fator aponta que deveriam ter um tratamento criterioso e cuidadoso por parte de todos os que são responsáveis pela garantia de seus direitos.

A oferta de “*experiências que possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar*”, fazem parte do currículo da Educação Infantil, dentro do Campo “O Eu, o Outro e o Nós”. Dentro desse campo, estão incluídas ações referentes a escovação, entendida como currículo da Educação Infantil, da mesma forma que usar o banheiro, o banho, lavar as mãos, entre outras. Como parte das atividades permanentes da Educação Infantil orienta-se garantir a escovação diária na Educação Infantil, por turno.

→ **Cuidados Corporais:** Faz parte ainda do currículo da Educação Infantil o conhecimento do corpo e os cuidados com o mesmo. Por meio das interações a criança amplia o conhecimento de si, favorecendo a construção da identidade e da autoestima. Ações relacionadas ao próprio corpo, como reconhecê-lo, diferenciá-lo dos outros, valorizá-lo, cuidá-lo, fazem parte do currículo e da rotina na Educação Infantil.

Acuidade Visual: As crianças de 5 anos de idade passarão por uma triagem, na própria instituição e, caso seja identificada a necessidade, serão encaminhadas para exame específico.

FORMAÇÃO

→ **Primeiros Socorros:** Será ofertada a formação em Primeiros Socorros para todos os profissionais que atuam com a Educação Infantil, no ano de 2020.

Espera-se que por meio das ações do PSE a Educação Infantil potencialize a abrangência de sua ação educativa e as crianças tenham assegurados mais um dos seus direitos fundamentais.



6. A ORGANIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Em qualquer instituição, a organização de seus profissionais e suas funções refletem nos resultados e na excelência dos trabalhos desenvolvidos. Quando se trata de uma instituição educativa, em que faz parte do dever funcional de todos educar e se educar permanentemente, o cuidado e atenção com a divisão do trabalho e assegurar relações interpessoais de qualidade é um desafio constante. Por isso, discussões sistemáticas e escuta reflexiva devem ser as guias da gestão.

6.1. A EQUIPE GESTORA.

Os dirigentes e os Pedagogos fazem parte da equipe gestora. Eles são responsáveis por coordenar todo o trabalho pedagógico na instituição, garantindo que todas as ações tenham como foco a criança. Em se tratando de uma instituição educativa, as atividades administrativas devem estar a serviço do trabalho pedagógico. Assim, não cabe a divisão de tarefas sem o diálogo necessário a fim de se concretizar as ações que garantirão uma prática consistente.

A rotina dentro de uma instituição educativa pressupõe várias ações que sur-

gem inesperadamente e, se os pedagogos e dirigentes não se organizarem, com planejamentos diários, semanais, mensais e anuais, suas atividades ficarão dispersas, culminando em grande desgaste de energia e subaproveitamento de suas potencialidades.

Não é sem motivo que é recorrente a fala de que “a instituição tem a cara de seus gestores”. A organização dos espaços, a limpeza, a estética dos ambientes, o cheiro, a receptividade dos profissionais, tudo isso reflete a gestão.

Uma escola que se fundamenta em uma gestão democrática pode ser identificada desde a entrada das famílias para efetivação das inscrições das crianças. A maneira como as famílias são recebidas na portaria, como são atendidas pelo(a) secretário(a), como o(a) profissional novato(a) é recebido(a), como as crianças são acolhidas em suas diferentes manifestações (choro, sorriso, birra, agitação, quietude etc), como as questões apresentadas pelas famílias são tratadas pelos diferentes profissionais, quem define a materialidade a ser adquirida, como os projetos institucionais são construídos, como os profissionais se dirigem às crianças, são maneiras de perceber a forma da gestão atuar e o modelo de gestão.

Uma gestão democrática pressupõe a escuta e a participação de toda a comunidade escolar para realização dos projetos coletivos, elaboração ou reelaboração do Projeto Político-Pedagógico e avaliação dos processos vivenciados na instituição escolar.

Essa participação pode ser efetivada por meio de estratégias como caixa de sugestões, envelope escrita, entrevistas, questionários, seminários, reuniões, jornal, jornal mural, dentre outros.

A equipe gestora tem ainda a responsabilidade de garantir a articulação entre todas as funções e tarefas executadas neste espaço, de forma a possibilitar uma prática consistente e cheia de intencionalidade em toda a instituição escolar: Portaria, limpeza, cozinha, professore(a)s, pedagogo(a)s, agentes, secretaria, cuidadores e/ou estagiário(a)s. Para consecução deste objetivo, reuniões periódicas entre dirigentes e pedagogo(a)s, semanais ou no máxi-

mo quinzenais, são imprescindíveis para a construção conjunta de uma gestão eficiente. Outro objetivo a se alcançar com estas reuniões é a construção da identidade da instituição, assegurando uma postura única entre turnos.

É aconselhável também que o dirigente realize reuniões periódicas com cada categoria profissional a fim de assegurar que as atividades desenvolvidas por cada setor atenda às necessidades da instituição.

Em se tratando do dirigente é de fundamental importância a sua presença cotidiana na instituição, na entrada e saída dos turnos para que toda a comunidade escolar o conheça e reconheça sua liderança. Além do mais, eventualidades ocorrem e, a responsabilidade pelas ocorrências, bem como pelos encaminhamentos efetivados será sempre do dirigente.

O pedagogo tem um papel fundamental na implementação da proposta pedagógica da instituição e é o elo entre os dirigentes, os demais profissionais e famílias. Junto com o dirigente dá o tom da gestão.

Faz parte de suas funções a elaboração dos quadros de horários de atividades permanentes, como higienização, alimentação e parquinho. Quadro com horários para utilização dos diferentes espaços garantindo que as crianças circulem e explorem todos os possíveis locais em que possam realizar atividades: sala multiuso, áreas externas, hortas, jardins, dentre outros.

Faz parte de sua função ainda, orientar o(a)s professore(a)s e educadore(a)s na elaboração de seus planejamentos, de documentos como perfil inicial, relatórios individuais e relato do trabalho com a turma.

Realizar também encontros semanais com os professores para refletir sobre suas propostas e sobre alguma dificuldade encontrada na turma.

De forma idêntica ao professor(a) ou educador(a), precisa conhecer cada profissional que atuará diretamente com as crianças: professor(a), educador(a), agente, cuidadora e estagiário(a) e, a partir das características e necessidades de cada um, realizar ações de formação em serviço, visando instrumentalizá-los para a execução de suas tarefas.

O pedagogo precisa conhecer as crianças matriculadas no seu turno de trabalho, bem como suas famílias, além de assegurar a ida sistemática a todas as salas de atividades visando entender o processo vivenciado em cada uma delas e contribuir com sugestões pertinentes para o aprimoramento do trabalho pedagógico.

Como integrante da gestão pedagógica deve planejar reuniões coletivas juntamente com o gestor.

6.2. Equipe Administrativa

6.2.1. SECRETARIA

A secretaria é o coração da escola. É o local em que as famílias primeiramente se dirigem quando necessitam de algum diálogo. Acolher as famílias com respeito e atenção e dar o tratamento adequado às demandas que surgirem com discrição e agilidade é de suma importância visando propiciar um clima institucional positivo. É papel do dirigente acompanhar o trabalho desenvolvido por estes profissionais, orientando-os sobre as tarefas a realizar, retirando dúvidas existentes sobre sua função e, elaborando cronogramas de tarefas a serem executadas dentro de um período de tempo.

É papel do(a) secretário(a), além do serviço específico da secretaria, garantir que a documentação das crianças esteja atualizada, acionando as famílias quando houver necessidade de adequação. Acompanhar ainda o efetivo controle de frequência diária pelo(a)s professore(a)s e educadore(a)s e o preenchimento dos diários, acionando a equipe gestora quando perceber alguma irregularidade.

6.2.2. OUTROS PROFISSIONAIS

A equipe gestora deve estar atenta a todos os serviços realizados na instituição, pois devido à natureza do trabalho desenvolvido, sempre haverá impacto no pedagógico.

Orientar e acompanhar o desenvolvimento das atividades de todos os profissionais facilitará a articulação necessária dentro do conjunto de ações que efetivamente contribuirá para a construção da identidade e o compromisso de todos com a instituição.

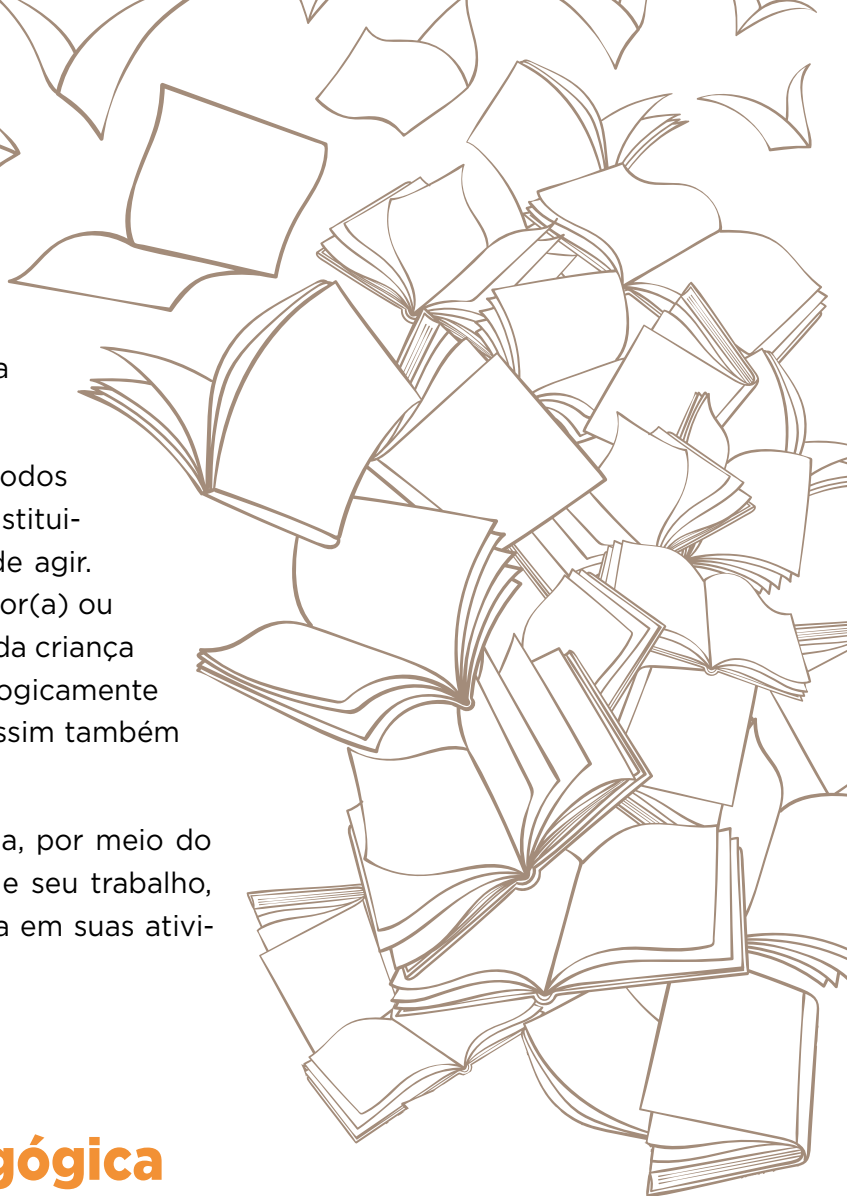
Uma gestão democrática prescinde de diálogo, escuta e definição conjunta de ações, sem deixar de assegurar o necessário acompanhamento do trabalho de cada setor, avaliação e redefinições quando necessário.

Em relação ao serviço de limpeza, existe a necessidade da elaboração de quadros contendo a relação das tarefas a serem realizadas por funcionário, evitando conflitos entre eles. Muitas vezes o óbvio tem que ser explicitado! O ideal seria fazer o levantamento de todas as tarefas, por mínima que seja e distribuí-las em reunião, evitando o sentimento de favoritismo. Mas, cada equipe gestora tem seu método para elaborar e realizar estas escalas, sendo

esta somente uma sugestão. O que não se pode permitir é a falta de direcionamento dos gestores em qualquer espaço da instituição.

Cabe a equipe gestora conhecer todos os profissionais que atuam na instituição, seus postos, jeitos de ser e de agir. Da mesma forma que o(a) professor(a) ou educador(a) tem que conhecer cada criança para saber lidar e intervir pedagogicamente visando o seu desenvolvimento, assim também ocorre com os gestores.

Quanto mais a equipe é valorizada, por meio do reconhecimento da importância de seu trabalho, mais se dedicam para a excelência em suas atividades.



6.3. Equipe Pedagógica

6.3.1. PROFESSORE(A)S

O quadro de professor(a)s na rede própria é organizado dentro do quantitativo de 1,5 (cálculo de 3 professor(a)s para cada duas turmas), a fim de garantir o tempo pedagógico - TP - de cada um dele(a)s. Esta organização possibilita que durante a jornada do(a) professor(a), estejam previstos 2/3 do tempo com as crianças e 1/3 para Tempo Pedagógico.

De acordo com a organização prevista para o trabalho na Educação Infantil o tempo com as crianças inclui todas as atividades desenvolvidas dentro dos campos de experiência da BNCC que inclui a entrada, rodinha, higienização, alimentação, parquinho, saída....

O Tempo Pedagógico deve ser realizado dentro da instituição e, é destinado a elaboração de planejamentos, materiais pedagógicos, realização de avaliações das crianças, preenchimento de agendas, formação em serviço, estudos,

reunião com famílias, com pedagogo, com pares, organização de materiais, enfim, é um tempo do(a) professor(a) para ser utilizado de forma a qualificar a efetivação da proposta pedagógica da escola.

É um tempo precioso para que o(a) pedagogo(a) realize um atendimento específico a cada professor(a) ou educador(a), analisando seu planejamento, relatórios, fazendo as mediações necessárias, a fim de instrumentalizá-los na realização de atividades em consonância com o PPP da instituição.

A Educação Infantil não se organiza dentro dos mesmos padrões do Ensino Fundamental. O brincar é um eixo estruturante do currículo e um dos direitos de aprendizagem, sendo a maneira pela qual as crianças apreendem este mundo, tentam compreendê-lo, o experimentam. Por meio do brincar ela aprende possibilidades, relações sociais, elabora sua autonomia de ação, organiza emoções, além de favorecer princípios como cooperação e liderança. Durante os momentos destinados à brincadeira, que intencionalmente são planejadas por professor(a)s ou educadore(a)s, são realizadas observações importantes a serem trabalhadas no momento ou, posteriormente, junto com as crianças.

Isto justifica o motivo pelo qual não há como separar o momento do brincar e o momento do aprender na Educação Infantil; o momento sério, do momento livre, pois brincar na Educação Infantil é coisa séria! Por todos estes motivos, a intencionalidade pedagógica, que deve estar presente em toda rotina, inclui os momentos do brincar, independente do local e do tempo em que esta ação se efetiva.

Considerando que a criança aprende nas interações com os outros, entre colegas da mesma idade e de idades diferentes é importante criar tempos para que as crianças possam brincar livremente, com colegas de outras turmas, escolhendo os colegas com quem brincar, porém sempre sob a supervisão do(a)s professore(a)s ou educadore(a)s.

A organização do lanche do(a)s professore(a)s e educadore(a)s está assegurada dentro do tempo de jornada sem crianças e, dentro deste tempo, existe a possibilidade de conciliar o direito e necessidade que as crianças têm de interagir entre si e com colegas de outras turmas, organizando um tempo de brincadeira no parquinho entre algumas turmas, de forma segura, por meio de rodízios, em que alguns professore(a)s ou educadore(a)s ficam com as crianças e outros lancham, sem ferir os princípios que orientam o fazer na Educação Infantil.

Não se justifica e nem é permitida a supervisão das crianças da Educação

Infantil por funcionários da PRESTAR e/ou por auxiliares efetivos e/ou pelos porteiros, durante o momento da brincadeira “livre”, mesmo tendo um professor junto com eles, pois esta tarefa não faz parte de suas funções. É direito da criança de 0 a 5 anos ter assegurado a presença de professore(a)s em todos os momentos da rotina, pois todos eles são considerados parte do currículo da Educação Infantil. Lembrando que esta organização está amparada na Lei que determina que 2/3 da jornada seja efetivada em companhia das crianças.

Uma conquista há muito esperada em Contagem será efetivada em 2020 na rede municipal: **todas** as turmas de Educação Infantil, crianças de 1(um) a 5 (cinco) anos serão assumidas por PEB1. Apesar de conquista tão sonhada, sua implementação será seguida de muitos desafios, considerando que não existe um concurso específico para atuar na Educação Infantil na rede. Desta forma, o envolvimento e o comprometimento de todos que atuam na Educação Infantil será necessário!

De acordo com a diretoria de Gestão de Pessoas, do ponto de vista legal, não há nenhuma orientação para definição da organização e distribuição de turmas no interior de cada UMEI, escola vinculada ou anexo. Assim, coletivamente, a equipe gestora deve promover esta discussão, visando à construção de critérios sérios e objetivos, para distribuição dos professores e turmas, tendo a criança como foco. Outra reflexão importante é que a criança matriculada pertence a toda equipe da instituição e, não só de algun(ma)s professore(a)s. Por isto, a elaboração dos critérios para definição de turmas e distribuição de professores deve ser realizada de forma madura e consciente, em cada instituição, considerando o perfil mais adequado para atender as diferentes idades na Educação Infantil, a partir do reconhecimento da organização dos tempos, do princípio do educar cuidando e do cuidar educando e do currículo a ser implementado com as crianças pequenas. Este compromisso coletivo assegurará um atendimento de qualidade às crianças.

Importante ressaltar a importância de, nas instituições que terão turmas de fluxo, a possibilidade da continuidade de, pelo menos, um dos professores que trabalharam com a turma no ano anterior, aprimorando a construção dos vínculos já efetivados com as crianças e suas famílias. Do ponto de vista pedagógico, esta organização possibilita a complexificação das experiências e ampliação das habilidades conquistadas no ano anterior por cada criança e a construção de novas estratégias pelo professor que conhece a turma, o que foi desenvolvido, os avanços alcançados e as necessidades apresentadas pelo grupo, que não foi possível serem sanadas no período anterior. Esta

organização ainda evita a repetição de atividades que não acrescentam em nada no desenvolvimento e aprendizagem da criança.

É de fundamental importância o envolvimento da equipe gestora na organização e distribuição dos profissionais que atuarão com as crianças da Educação Infantil. Estes devem ser informados das características e especificidades da criança pequena, que necessita de um olhar cuidadoso e de práticas diferenciadas, visando atendê-las da melhor forma possível. Destacando-se o princípio que orienta as práticas pedagógicas na Educação Infantil: cuidar educando e educar cuidando e as metodologias a serem utilizadas para o desenvolvimento das atividades que têm as interações e brincadeiras como eixos do currículo.

Na rede municipal, dentro da proporção de 1.5 para o cálculo de professor(a)s, existe a necessidade de organizar um quadro de horários para atuação do(a)s professor(a)s junto às turmas de sua responsabilidade. Deve-se prever o(a)s professor(a)s que atuarão na turma e como será a organização de seu trabalho dentro da proposta curricular, sem fragmentar os campos de experiência, atendendo a BNCC.

Uma boa indicação é o trabalho por meio de projetos, seja de investigação ou de empreendimento. Ressaltando-se que essa metodologia pressupõe a participação das crianças desde o seu nascedouro. Não se concebe que um projeto seja elaborado pela equipe gestora, e entregue pronto, com tudo definido, para ser desenvolvido pelo(a)s professor(a)s, sem assegurar a participação das crianças.

Um projeto institucional de investigação pode ser definido pelo coletivo para ser discutido com as crianças, para que estas definam o que querem saber a respeito do assunto. Ou um projeto institucional de empreendimento a ser efetivado, como por exemplo, a construção de uma horta, em que as crianças discutirão e definirão como serão as estratégias para sua efetivação. Nos dois casos, apesar de o projeto ter sido definido pelo coletivo, as crianças participarão ativamente e, com certeza, cada turma terá um subprojeto dentro da realidade das crianças, com questões específicas do grupo.

Os projetos de investigação nascem de uma pergunta, algo que as crianças desejam conhecer, compreender e encontrar respostas. Temos como exemplo um projeto que investiga “o que nosso corpo tem por dentro?” A partir dessa questão proposta pelas crianças, o professor faz o levantamento do que elas já sabem ou imaginam (hipóteses) sobre o assunto em questão e como poderão descobrir o que desejam saber. O professor então, elabora seu planejamento de forma a possibilitar que as crianças construam esse conhecimento articulando todos os campos de experiência envolvidos, de forma significativa e contextualizada.

Os projetos de empreendimento nascem a partir do desejo de se construir algo. Por exemplo: uma biblioteca na sala. As crianças relatam o que sabem sobre biblioteca, como poderão descobrir sobre sua organização, como serão feitos os empréstimos e como vão construir, a partir das investigações realizadas, a biblioteca da sala.

Essa forma de trabalhar com as crianças favorece a implementação do currículo sem fragmentar conteúdos e reconhecê-la, realmente, como ser integral. Não há como distribuir o(a)s professor(a)s ou educador(a)s por campos de experiência. A criança aprende articulando todos os campos, de forma integrada. Por este motivo, na Educação Infantil não há como ter o(a) professor(a) de “Eu, o Outro e o Nós” ou “Corpo, Gestos e Movimentos” ou “Traços, Sons, Cores e Formas” ou “Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação” ou “Espaço, Tempo, Quantidades, Relações e Transformações”. Ou mesmo reorganizar as salas de atividades por Campos de Experiência. Esse é um grande equívoco, considerando que os campos devem estar integrados ao se trabalhar as habilidades previstas na BNCC. Enfim, esta é uma discussão importante de ser amadurecida junto com os profissionais que atuam com a Educação Infantil: Como organizar o trabalho sem fragmentar os campos, assegurando a integralidade da criança.

6.3.2. AGENTES

A partir de 2020, os agentes da Educação Infantil assumirão a tarefa de auxiliar os professores das turmas de 0 (zero) a 3 (três) anos, durante a permanência das crianças nas UMEIs, anexos e escolas de Ensino Fundamental com turmas vinculadas de Educação Infantil.

Esta organização favorece a realização do planejamento pelo(a)s professor(a)s, pois terão um profissional a mais para ajudá-lo(a) na realização de suas tarefas, não assumindo seu lugar de professor (a) da Educação Infantil.

Cabe a(o) professor(a) elaborar o planejamento a ser desenvolvido com a turma, fazer as intervenções e mediações com as crianças, estabelecer contatos com as famílias, além da elaboração da documentação pedagógica.

Ao agente, auxiliá-lo, sempre! Exemplos desta tarefa podem ser verificados, durante a chegada e saída das crianças na instituição; o acompanhamento das crianças quando vão ao banheiro; nos momentos em áreas externas, garantindo maior segurança das mesmas.

Para distribuição dos agentes que atuam na rede foram elaborados critérios, que assegurarão a igualdade entre as instituições:

- UMEIs, escolas e anexos, com atendimento a crianças de 0 a 3 anos de idade, receberão um agente por turno em que for ofertado o atendimento;
- UMEIs com atendimento de crianças de 1 ano de idade, um agente por turma;
- UMEIs com atendimento integral, um agente para assegurar o horário intermediário.

Aos agentes das turmas de 1 ano, caberá auxiliar o professor nas tarefas de educar cuidando e cuidar educando das crianças pequenas em momentos tais como: ajudar na organização da sala para receber as crianças, receber as crianças junto com o professor, auxiliar na organização das mochilas, agendas; na rodinha, quando o professor estiver lendo uma história, ficar atento às crianças para evitar conflitos e acidentes como mordidas; no parquinho e demais espaços, auxiliar o professor garantindo maior segurança às crianças; acompanhar as crianças ao banheiro, auxiliar no momento do banho, da escovação, da alimentação, enfim dar o suporte necessário para que o professor possa desenvolver as atividades pedagógicas de forma mais atenta e qualificada.

Existe a necessidade de que cada unidade reflita sobre as especificidades de seu atendimento e as condições estruturais do prédio, visando organizar a atuação dos agentes, sempre na perspectiva de ser o apoio a(o) professor (a) para garantir um atendimento mais adequado às crianças, que são o foco do processo educativo. É responsabilidade da Gestão Pedagógica de cada unidade, qualificar esta organização, a fim de assegurar um atendimento comprometido e responsável às crianças matriculadas na unidade.

6.3.3. CUIDADORAS E ESTAGIÁRIO(A)S

Atendendo ao Decreto Federal 3.298, de 20 de dezembro de 1999, a matrícula das crianças com deficiência na escola regular é compulsória. Para o atendimento desta legislação não existe nenhuma condicionante, sendo obrigatória a matrícula e frequência em qualquer época do ano, independente do cadastramento escolar.

As crianças com deficiência, da mesma forma que as demais crianças, são sujeitos únicos, competentes, sujeito histórico e social, que tem direito a um atendimento de qualidade nas instituições escolares, acompanhado dos seus pares de idade. Quando estão matriculadas em uma turma devem ser investigadas, entendidas e observadas, para que seja realizada uma avaliação de suas condições e verificar se existirão, necessidades específicas para garantir a equidade no desenvolvimento das atividades.

Há de se compreender que da mesma forma que em uma turma de crianças de 3 anos de idade, nenhuma criança é igual, devendo o(a) professor(a) ou educador(a) identificar as características pessoais, de cada uma, seu modo de agir, sentir, se envolver nas atividades, o mesmo ocorre quando temos uma criança com deficiência matriculada em uma instituição. Um autista não será necessariamente igual a outro autista, do ponto de vista dos conhecimentos adquiridos, reações, manifestações. Algo os aproximará, contudo, há de se conhecer aquela criança autista para desvelar suas necessidades e efetivamente construir propostas que oportunizarão seu desenvolvimento. Pode ser, que para garantir uma inclusão de fato desta criança, haja necessidade de um apoio, para auxiliar o professor no desenvolvimento de seu planejamento. É neste contexto, que se insere as demais legislações.

De acordo com a *Lei 13.146/15*, Cap. IV - do Direito à Educação - Art.28 - Inciso XVII - Oferta de profissional de apoio - *a pessoa com deficiência tem o direito de profissional de apoio à educação*. A nota técnica 24/13, que implementa a Lei 12.764/12, elucida sobre a inclusão desse profissional, criando critérios para esse atendimento: *“o serviço de profissional de apoio, como uma medida a ser adotada pelos sistemas de ensino no contexto educacional deve ser disponibilizado sempre que identificada a necessidade individual do estudante, visando à acessibilidade às comunicações e a atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção”*.

A partir da análise da nota técnica verifica-se que o profissional de apoio não é condição para que a criança com deficiência se matricule e frequente uma escola regular. A legislação que assegura a matrícula da criança com deficiên-

cia em escola regular visa oferecer as mesmas condições às crianças que historicamente foram alijadas do processo educacional de convivência com os pares de idade e construção de conhecimentos. Da mesma forma, não isenta o professor ou educador de incluir todas as crianças no seu planejamento, de observá-las, fazer as devidas mediações visando a construção ou ampliação de seus conhecimentos, promovendo o seu desenvolvimento e aprendizagem. O profissional de apoio auxiliará o professor, naquilo que for pertinente, visando a inclusão de fato da criança junto aos colegas e, na rotina planejada pelo professor.

Na Educação Infantil a inclusão da criança com deficiência na escola regular demanda um olhar bem cuidadoso, considerando as características e necessidades específicas das crianças pequenas, além das necessidades de cuidados especiais relacionados a própria deficiência.

Na maioria das vezes, é a primeira vez que a família confia os cuidados e educação de seus filhos e filhas a pessoas estranhas de seu convívio, sem a sua presença, tornando-se um desafio o estabelecimento de confiança entre escola e família. Isto torna fundamental que as famílias percebam que as crianças matriculadas, qualquer que seja sua característica ou condição, são de responsabilidade do coletivo da escola: dirigente, pedagogo(a), professor(a)s, agentes e demais funcionários, que devem zelar pela educação e cuidados de **todas** as crianças. A construção desse vínculo de confiança facilita a inclusão com sucesso da criança com deficiência na escola regular.

Em se tratando do trabalho pedagógico a ser desenvolvido com a criança com deficiência, considerando que sempre a criança será o foco da proposta educativa, independente de sua condição: nacionalidade, religião, deficiência, etnia, cabe ao professor identificar as necessidades individuais e coletivas de sua turma para elaboração de seu planejamento.

Para tentar amenizar a ansiedade que surge tanto nas famílias quanto no(a)s professore(a)s quando é efetivada uma matrícula de criança com deficiência na UMEI, escola vinculada ou anexo, o dirigente deve imediatamente cadastrar a criança no **Blog Estuda Contagem**, para que uma cuidadora seja encaminhado para auxiliar a todos os envolvidos na inserção da criança na instituição. Esta cuidadora não permanecerá dentro de uma sala específica, a não ser em casos em que houver somente uma criança com deficiência matriculada no turno, ou que seja estabelecido pela direção, a partir da necessidade das crianças matriculadas naquela instituição.

Caso haja mais de uma criança com deficiência e seja comprovada a necessi-

dade de acompanhamento individual, em turmas distintas, a direção deverá novamente fazer o cadastro no **Blog Estuda Contagem** e solicitar a avaliação da equipe de inclusão para encaminhamento de estagiário(a)s ou outra cuidadora, caso seja necessário.

Salienta-se que a responsabilidade pela criança é da equipe de professor(a)s que atuam com a turma, cabendo a cuidadora ou estagiário apoiar o(a) professor(a) para que as propostas pedagógicas se concretizem, não cabendo a nenhum deles a realização de atividades isoladas ou a retirada da criança para que permaneça em ambiente à parte da turma, excluindo-a da participação nas atividades planejadas. Por este motivo, a cuidadora e/o estagiário(a) não deve posicionar-se ou manter atitude que interfira ou desfavoreça a interação das crianças com seus pares de idade ou em atividades coletivas da instituição, nem mesmo entrar em conflito com o(a)s professor(a)s, interferindo negativamente na dinâmica das atividades.

Dentro desta premissa, não cabe a cuidadora ou estagiário(a), planejar atividades educativas ou substituir o professor em sala de aula e/ou nos demais espaços formadores, assumindo a sua função, nem mesmo estabelecer relação direta, seja pessoal, por telefone ou por escrito, sem o conhecimento e autorização do(a) professor(a) ou do(a) pedagogo(a), com os familiares das crianças, emitir comunicados, verbais ou escritos, que prejudiquem ou inviabilizem a presença da criança na instituição, receber e/ou emitir qualquer parecer relacionado à criança: relatórios, atestados, receituário, cartão de vacina, dentre outros, referente a criança, encaminhados pela família.

Cabe a cuidadora e a(o) estagiário(a) auxiliar o(a) professor(a) nas atividades pedagógicas desenvolvidas em sala de atividades, nos diversos espaços da instituição e/ou fora dela, a partir de sua orientação e fazer a mediação para o uso de recursos de comunicação alternativa e outros recursos de acessibilidade, possibilitando a participação das crianças durante as atividades, além de adotar procedimentos que assegurem a integridade da criança com deficiência.

Faz parte dos objetivos definidos para Educação Infantil a construção da autonomia das crianças, portanto os dois profissionais de apoio devem auxiliar nesta construção, estimulando a criança com deficiência na realização de todas as atividades pessoais e educacionais. A conquista da autonomia pelas crianças denota o sucesso da ação do profissional de apoio e, não o contrário, quando é criada uma dependência entre eles.

É função específica do(a) estagiário(a) auxiliar o(a) professor(a), o(a) pro-

fessor(a) de AEE e o(a) pedagogo(a) na elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual - PDI.

É papel da cuidadora realizar, com atitude de respeito, paciência, segurança e afetividade, atividades de cuidados individuais como trocas de fraldas/roupas, banho, escovação, repouso, apoio no uso do banheiro e durante a própria higienização, de acordo com a necessidade e possibilidade de autonomia da criança com deficiência.

De forma mais técnica, deve-se garantir o atendimento às necessidades funcionais das crianças com deficiência, que não tenham autonomia para atividades de vida diária, considerando o apoio à locomoção do assistido, nos diversos espaços formadores, cuidados na higienização de bolsas coletoras, sondas de alívio, sondas gástricas e traqueostomia. Cuidar da alimentação das crianças com deficiência que não possuem mobilidade física dos membros superiores, supervisionando e apoiando a alimentação das crianças que conseguem realizar a atividade com ajuda, apoiando ainda, em casos de alimentação por sonda. Facilitar o uso de equipamento para respiração, sondas ou bolsas coletoras que necessitam ser manuseadas no tempo de permanência da criança com deficiência na escola.

Enfim, a responsabilidade do planejamento que será desenvolvido com todas as crianças, independente da deficiência, bem como o desenvolvimento das atividades é do professor. A cuidadora e/ou o(a) estagiário(a) o auxilia permitindo que ele dê atenção, faça mediações e ou intervenções com todas as crianças.





7. TRANSIÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

A transição entre a Educação Infantil e Ensino Fundamental é um dos maiores desafios enfrentados pelas crianças de 5 a 6 anos em nosso país. Várias pesquisas demonstram o quanto é ameaçadora esta transição para as crianças e a necessidade de se cuidar deste processo, que muitas vezes é acompanhado de expectativas e de angústias.

O período da infância compreende o nascimento até o décimo segundo ano de vida. Os meninos e meninas de 5 e de 6 anos são **Crianças**, que por uma definição legal, permanecem ou avançam de uma etapa para outra na educação básica. Até poucos anos atrás, as duas idades integravam o público da Educação Infantil.

Culturalmente, valoriza-se ações que demarcam o final da Educação Infantil como uma ruptura, com adoção de práticas que denunciam concepções de criança como adulto em miniatura: como foto com beca, formaturas com programações extensas que inclui juramento, paraninfo, orador, crianças com roupas quentíssimas e dispendiosa para as famílias, contrariando tudo o que foi vivenciado ao longo da Educação Infantil.

As crianças, desde bem cedo, são capazes de perceber as incoerências vivenciadas nos espaços em que vivem e entre as pessoas com as quais se relacio-

nam. Isto significa que os profissionais que lidam com essa faixa etária, têm o compromisso de realizar um trabalho pedagógico fundado em concepções que reafirmam a escolha de que sujeitos querem formar.

Há de se pensar que houve avanços importantes sobre o entendimento de crianças, que antes eram invisíveis à sociedade, sem nenhum poder de argumentação ou de escolhas, páginas em branco em que eram impressas o que os adultos acreditavam ser o melhor para elas. Ou ainda, como adultos em miniatura, cujas práticas do mundo dos adultos eram transpostas para elas.

Hoje sabe-se que a infância é um tempo precioso para as crianças e que não é possível recuperá-lo. As construções, experiências e vivências são únicas e responsáveis pelo desenvolvimento e aprendizagem da criança pequena. Quanto mais variadas e ricas, mais construções e desenvolvimento. Por isso, potencializar as ações no sentido de enriquecer o acervo que levarão para o resto da vida é o ideal de uma prática pedagógica consistente e consciente.

As famílias podem e devem participar da vida escolar dos filhos e filhas, mas também devem ser orientadas sobre as concepções que embasam o trabalho em cada instituição, entendendo que existem legislações atuais que determinam as práticas a serem realizadas com as crianças. As UMEIs, escolas vinculadas e anexos pertencem a uma rede, que têm um projeto comum de educação. Da mesma forma, as instituições comunitárias, filantrópicas e/ou confessionais assumem a proposta pedagógica do município ao firmar a parceria para atendimento à Educação Infantil.

Pensar na Educação Infantil como parte da Educação Básica nos faz refletir sobre a importância da continuidade de um processo de construção de conhecimentos, cujo currículo deve ser entendido como uma espiral, que vai agregando experiências significativas e aprendizagens cada vez mais consolidadas. Esse processo não pode ser entendido como uma ruptura!

Planejar um rito de passagem quando a criança permaneceu por um longo período na instituição é importante e saudável para as crianças e suas famílias. Mas, porque não construí-lo dentro das concepções de criança, de infância e de desenvolvimento que defende-se na Educação Infantil?

Cada adulto, a partir de práticas vivenciadas durante sua vida escolar, carrega marcas ou cicatrizes. Marcas quando foram práticas exitosas e cicatrizes quando deixaram feridas, que não conseguem esquecer. Em relação à formação, como conceber crianças que ficam excluídas de atividades as quais outras têm acesso, como uma foto? Ou ser vestido com uma roupa de TNT porque a família não tem condições de adquirir sua vestimenta? Ou ter roupa

emprestada para devolver tão logo termine a cerimônia, enquanto todos os outros ficam vestidos de gala?

Acredita-se que não exista profissional que, conscientemente, deseja que as crianças sejam vítimas de decisões que possam tomar, sem ter a noção de suas consequências, muito menos quando têm outros envolvidos.

Ainda em relação à formatura, as famílias também, por se sentirem compelidas a investir em um projeto para o qual não tem condições de arcar financeiramente, para que seus filhos não passem pelo constrangimento de serem excluídos de alguma atividade, ficam em situação difícil. Muitas vezes privam-se do básico para garantir a realização dessa atividade.

Conversar com as famílias desde o início do ano, esclarecendo o trabalho pedagógico que é desenvolvido na instituição e as concepções que embasam o projeto é de fundamental importância. Dessa forma, desde a entrada da criança na instituição, os pais devem ser esclarecidos das atividades que são inerentes à faixa etária da sua criança, as experiências que precisam vivenciar e às habilidades que vão construir e/ou ampliar.

A Educação Infantil tem que rever algumas práticas que reforçam a dicotomia entre a fala e a prática realizada. Expressões como: *“ano que vem, acabou a brincadeira!...”*; *“ano que vem vocês vão ver o que é bom!...”, “ Ah, quando chegar ao Ensino Fundamental você vai ver o que é bom!...”*, não auxiliam em nada e só trazem angústia e medo às crianças, que imaginam que estão caminhando para um espaço não acolhedor e ameaçador.

Se por meio das práticas pedagógicas, a Educação infantil reforçar a fragmentação e ruptura entre as duas etapas, não será fácil que as famílias, os profissionais e, principalmente, as crianças as entendam como partes de um mesmo todo: a Educação Básica.

Assegurando um processo de transição qualificado, torna-se mais tranquila a entrada da criança no Ensino Fundamental, que deve ser cuidadosamente planejada, com atividades acolhedoras e que tenham significado para elas.

Como parte de um processo que apresenta especificidades, defende-se um ritual de passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, com atividades pertinentes e interessantes. Que representem a despedida da Educação Infantil, dos antigos colegas, funcionário(a)s e professor(a)s ou educador(a)s, mas com leveza e coerência.

Existem várias estratégias para se construir um projeto de transição que atenda às crianças. Seria oportuno e interessante a construção de um projeto en-

volvendo o(a)s professore(a)s e educadore(a)s, as famílias e crianças, a partir de reflexões sobre as concepções que embasam, na atualidade, este atendimento e, coerentemente com estas, assegurar uma transição adequada.

Algumas sugestões já foram realizadas por UMEIs, anexos, escolas vinculadas e instituições parceiras resultando num processo qualificado de transição.

- Realizar visita a escolas de Ensino Fundamental é muito interessante para que as crianças iniciem o reconhecimento do espaço que passará a ocupar e verificar que é uma escola, com características próprias, mas que se assemelha, em muitas coisas, a da Educação Infantil (possui banheiros, refeitório, salas de atividades...).
- Entrevistar professores que atuam no 1º ciclo, para que as crianças percebam que da mesma forma que na Educação Infantil existem profissionais que se importam e cuidam delas, no Ensino Fundamental não será diferente.
- Entrevistar crianças que foram para o Ensino Fundamental, possibilitando que tenham acesso a informações repassadas por outra criança: dos sentimentos vivenciados, medos e, depois conquistas.
- Fazer excursões fora da escola com os colegas que estão se despedindo (espaços públicos, de uso gratuito, como zoológico, um piquenique na praça) escolhido por meio de votação, assegurando a participação de todas e todos.
- Fazer um lanche coletivo com ajuda das famílias para que as crianças possam se confraternizar na instituição e despedir-se dos colegas que estão saindo e, dos que permanecerão.
- Fazer uma camisa com foto da turma e professore(a)s ou educadore(a)s.
- Fazer um cartão de natal, com a foto da turma e professore(a)s ou educadore(a)s
- Preparar uma apresentação musical simples, com as crianças uniformizadas ou com a camisa com foto da turma, ou vestindo fantasias já existentes na escola, para finalizar o processo.
- Enfim, são várias as possibilidades de se planejar esta transição de forma significativa, cheia de afetos e recordações, que marcarão essa transição de forma mais qualificada.



8. A POLÍTICA DE FORMAÇÃO

A Educação Infantil precisa ser compreendida dentro dos novos parâmetros legais e todos os envolvidos nesse atendimento, adequar-se às novas exigências e avançar na oferta de uma Educação Infantil que assegure a criança como foco.

Nem todos os profissionais que atuam com a Educação Infantil puderam ter acesso a este atendimento e, se porventura tiveram essa oportunidade, a concepção que subsidiava a oferta não condizia com a demanda atual. A sociedade, da mesma forma, ainda não assimilou o que as pesquisas comprovam: a criança é um ser competente desde que nasce, produz cultura, constrói conhecimentos e aprende nas interações com o mundo físico e social tendo o brincar como forma privilegiada de agir sobre o mundo e compreendê-lo.

Na rede municipal de Contagem, a partir de 2020, o(a)s professore(a)s PEB1 passarão a realizar suas funções nas duas primeiras etapas da educação básica, podendo transitar entre elas. Da mesma forma que essa organização é um reconhecimento da Educação Infantil como etapa tão importante como as demais e fortalece a compreensão de um processo de continuidade, ela fragiliza o atendimento, pois as etapas possuem características muito peculiares que as diferem. Isto exige ainda mais investimento em estudos, pesquisas e dedicação dos profissionais.

É papel da Secretaria de Educação entender esse contexto e articular ações que assegurem o diálogo entre as etapas da Educação Básica atendidas pelo

município, além da formação dos profissionais que atuarão com cada idade.

Como proposta para política de formação na Educação Infantil, a SEDUC oferta algumas ações que, juntas, se articulam numa lógica de complementaridade.

O carro-chefe desta proposta são as assessorias. Apesar de serem mensais e dispersas, em função do número de assessores que integram a equipe, é uma aposta! Acredita-se que, nessas visitas mensais, existe a possibilidade de avaliação da oferta deste atendimento na cidade, pois na Educação Infantil o assessor deve estar atento a todas as questões que envolvem a criança na instituição: espaço físico adequado; materialidade; tempos distribuídos de forma a atender as crianças; planejamento e registros do(a)s professore(a)s; a atuação da equipe gestora, enfim, tudo que interfere nesse atendimento, configurando-se uma formação em serviço, in loco, de todos os envolvidos.

O trabalho de assessoria remete a uma reflexão constante sobre a implantação da política de Educação Infantil proposta pela rede municipal e a prática desenvolvida em cada unidade sob sua responsabilidade.

Fazendo um paralelo entre a tarefa do professor na escola e o trabalho do assessor, cada escola deveria ser entendida como uma criança que possui características próprias, avanços e desafios que reportam às vivências individuais e sua história. Dessa forma, o assessor deve fazer a avaliação diagnóstica da instituição e elaborar um Plano de Ação visando impulsionar o desenvolvimento ou aprimoramento da prática pedagógica já efetivada.

O assessor é um parceiro que investe na construção de uma política reflexiva e cheia de intencionalidades visando o aprimoramento da oferta da Educação Infantil, além de ser um elo entre a SEDUC e a instituição.

As ações de formação são propostas e realizadas de forma articulada às assessorias e os temas são definidos a partir da observação e demandas dos profissionais. Essas ações de formação atendem os diferentes segmentos que são responsáveis por construir a Educação Infantil nas instituições: dirigentes, pedagogo(a)s, professore(a)s e agentes. Por fim, na tentativa de dar suporte aos profissionais que atuam com a Educação Infantil são elaborados documentos orientadores e encaminhados para as instituições da rede própria e parceira.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal. Secretaria de Educação Básica.

BRASIL. Parecer 20 de 11 de novembro de 2009. Estabelece a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. 2009b.

BRASIL. Resolução 5 de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. 2009c.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2009a.

CONTAGEM. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Avaliação Diagnóstica para a produção do perfil da criança e da turma. Contagem, 2012

CONTAGEM. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura. *Caderno da educação infantil: construindo o projeto político-pedagógico*. Contagem: Prefeitura Municipal de Contagem, 2007.

CONTAGEM. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. *Currículo da educação infantil de Contagem: experiências, saberes e conhecimentos*. Contagem: Prefeitura Municipal de Contagem, 2012. (Coleção 11 volumes).

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil. 2010. Disponível em:

<<http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>>

Acesso em janeiro de 2019

DIAS, Fátima Regina Teixeira de Salles; FARIA, Vitória Líbia Barreto de. *Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica*. São Paulo: Scipione, 2007b. (Coleção Percursos).

HOFFMANN, Jussara. *O jogo do contrário em avaliação*. Porto Alegre: Mediação, 2005.

JUNQUEIRA FILHO, Gabriel. *Linguagens geradoras: seleção e articulação de conteúdos em educação infantil*. Editora Mediação, 2ª Edição, 2017.

RANGEL, Ana Cristina Souza. *Educação matemática e a construção do número pela criança: uma experiência em diferentes contextos sócio-econômicos*. Artes Médicas, 1992.

10. ANEXOS

FICHA DE ANAMNESE									
Nome da Instituição									
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA									
Nome da criança									
Local de Nascimento					Data de Nascimento				
Raça/cor () Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena									
ENDEREÇO									
Rua/Avenida							Nº		Apto
Bairro			Cidade				Cep		
Telefones de contato		Residência			Celular			Trabalho	
DADOS FAMILIARES									
Pai: _____					Idade: _____				
Mãe: _____					Idade: _____				
Responsável legal: _____					Idade: _____				
Filho () Biológico () Adotivo () Outro _____									
Número de irmãos () Idades _____									
Posição no bloco familiar () Mais velho () Caçula () filho único () intermediário									
Estrutura familiar: (Como está constituída sua família?):									
Escolaridade									
PAI	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior completo	Ensino superior incompleto			
MÃE	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior completo	Ensino superior incompleto			
RESPONSÁVEL	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior completo	Ensino superior incompleto			
Religião?				Praticante?			sim	não	
Principal(is) atividade(s) de lazer da família:									
DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS									
Quantas pessoas na família trabalham? () Profissões									
Pessoa desempregada na família? () S () N Quanto tempo?									
Renda familiar? () Menos de 1 salário mínimo () 1 a 2 salários mínimos () 3 a 5 salários mínimos () Mais de 6 salários mínimos									
Possui cadastro em algum programa de Governo: () S () N Qual(is):									
Tem pessoa com deficiência na família? () S () N Parentesco _____									
Deficiência _____									
Recebe o Benefício de prestação continuada? () S () N									
Tem o cartão metropolitano? () S () N									
CONDIÇÕES DE MORADIA E SANEAMENTO									
Tipo de residência: () Casa () Apartamento () Outros: _____									
A residência: () Própria () Alugada () Mora com parentes () Ocupação () Emprestada ou cedida									
Outros:									

Reside há quanto tempo no local? _____ Quantas pessoas moram na residência? _____				
Tipo de moradia? () Casa de adobe/tijolo () Madeira () Material reaproveitado				
Quantos cômodos têm a residência? _____ Banheiro dentro de casa () S () N				
Energia elétrica () S () N	Abastecimento de água () S ()			
Coleta de lixo () S () N	Esgoto canalizado () S () N			
HISTÓRICO				
A gravidez planejada? () S () N	A gestação foi? () Pré matura () Completa () Pós matura			
A saúde da mãe na gravidez? () Normal () Apresentou doença Quais?				
Parto () Normal () Cesariana () Forceps () Induzido				
Apresentou algum problema no nascimento? () S () N Quais?				
Amamentação () Materna Período _____ Artificial () Período _____				
DADOS DE SAÚDE DA CRIANÇA				
Cartão de vacina () S () N	Vacinas em dia () S () N			
Teste do pezinho? () S () N	Constatou-se alguma alteração? () S () N Qual(is):			
Plano de Saúde? () S () N	Qual?			
A criança apresenta algum problema de saúde? () S () N () Diabetes () Hipertensão () Problemas neurológicos () Bronquite () Problemas de pele () Audição () Cardíaco () Visão () Outros Quais?				
A criança faz controle com médico? () S () N Qual(is) _____				
Onde é feito o controle?				
A criança faz uso de medicação? () S () N Qual(is) _____				
A criança já foi internada? () S () N Motivo _____				
A criança passou por cirurgia? () S () N Motivo _____				
Apresenta dificuldades de ouvir? () S () N	Faz acompanhamento e/ou usa aparelho e/ou outros? () S () N			
Apresenta dificuldade de enxergar? () S ()	Faz acompanhamento e usa óculos e/ou outros? () S () N			
A criança faz ou já fez algum outro tipo de tratamento com profissional habilitado (fonoaudiólogo, fisioterapeuta, Psicopedagogo, psicólogo etc.)? () S () N Qual(is) _____ Motivo?				
Alergias. () S () N De que?				
A criança adoece com frequência? () S () N Motivo _____				
Algum fato que afetou o desenvolvimento da criança(acidente, trauma, etc.) () S () N Qual:				
A criança já foi ao dentista? () S () N	A criança tem problemas dentários? () S () N			
ALIMENTAÇÃO				
Tem hora e/ou rotina de alimentação? () S () N	Toma mamadeira? () S () N			
Quais os alimentos preferidos?				
Que alimentos rejeita?				
Costuma se alimentar assistindo TV? () S () N				
SONO				
Tranquilo () S () N	Noite toda () S () N	Insônia () S () N	Pesadelos () S () N	Hipersonia () S () N
Dorme durante o dia () S () N Horário:				
No caso de problemas com o sono, quais medidas são empregadas pelos responsáveis?				

TENDÊNCIAS PRÓPRIAS	
Usa objeto de apego () Bico () Fralda () Bicho de pelúcia () Outros _____	
SOCIABILIDADE	
Faz amigos com facilidade? () S () N	Preferência. () Ficar sozinho () Em grupo
Adapta-se fácil a novos grupos? () S () N	Possui baixa tolerância à frustração? () S () N
ESTIMULAÇÕES E/OU DISTRAÇÕES PREFERIDAS	
Acesso a: () Brinquedos () Jogos pedagógicos () Brincadeiras (correr, esconde-esconde etc.)	
() Livros () Revistas	Mídias digitais: () celular () computador () TV () Outros
ESCOLARIDADE	
A criança já estudou em outra escola? () S () N	Quando iniciou em creche ou escola? _____ anos
Foi observada alguma dificuldade com a aprendizagem? () S () N Qual?	
A criança foi avaliada por algum profissional? () S () N Resultado _____	
Meio de transporte utilizado para chegar à escola () a pé () Ônibus () Carro próprio () Transporte escolar	
FINALIZANDO	
Fale-me de seu filho (a):	
O que você considera que sua criança precisa melhorar?	
O que você espera dessa instituição:	
Alguma recomendação?	
Contagem, _____ de _____ de _____	
Assinatura do responsável pela criança	
Nome do responsável pelo preenchimento	

1 - ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA FICHA DE NOTIFICAÇÃO DE SUSPEITA DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

A ficha de notificação de suspeita de violência contra crianças e adolescentes do município de Contagem deverá ser preenchida todas as vezes que os profissionais da educação tomarem conhecimento ou houver suspeita e/ou confirmação de violação de direitos contra crianças e adolescentes.

Qualquer profissional da Educação, ao identificar sinais de suposta violência e/ou tomar conhecimento de fatos de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, deverá comunicar o fato à direção escolar ou ao responsável pelo setor.

A direção da escola, anexo, UMEI ou instituição parceira deverá preencher

e assinar a Ficha de Notificação de Suspeita de Violência contra Crianças e Adolescentes e encaminhá-la para SEDUC, aos cuidados da Superintendência de Educação Básica – Diretoria de Clima Escolar.

A Diretoria de Clima Escolar será responsável por encaminhar imediatamente a Ficha de Notificação de Suspeita de Violência contra Crianças e Adolescentes para o Conselho Tutelar.

A Diretoria de Clima Escolar da SEDUC será responsável por acompanhar junto ao Conselho Tutelar os casos notificados, visando à proteção das crianças e adolescentes e sua inserção na rede de proteção social.

Nos casos em que não haja retorno acerca dos encaminhamentos no prazo de 30 dias, sem justificativa, pelo Conselho Tutelar, a A Diretoria de Clima Escolar da SEDUC deverá relatar a situação ao CMDCA, apresentando os protocolos de entrega e cópia de toda a documentação enviada ao Conselho Tutelar, para as providências cabíveis.

A Ficha de Notificação de Suspeita de Violência contra Crianças e Adolescentes deverá ser preenchida observando-se as seguintes orientações:

I – A identificação da vítima e dos responsáveis legais deverá ser preenchida com todos os dados solicitados, sem abreviações, de acordo com os documentos de identificação, ficha de matrícula, ficha de anamnese, laudo ou relatório médico e comprovante de endereço.

II – Para preencher o campo caracterização da violência observar a conceituação de violência de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) 2002: *“uso da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”*.

III – Identificar o tipo de violência sofrida pela vítima com um X no parenteses, podendo-se marcar mais de uma opção, após análise e definição do(s) tipo(s) de violência, conforme descrições abaixo:

a) Abandono: Situação na qual uma pessoa abandona outra pessoa que está sob sua responsabilidade, em virtude de dependência temporária ou permanente deixando-a totalmente desprovida de cuidados à mercê de riscos diversos. Exemplos: abandono de crianças em locais diversos; deixar crianças sem supervisão de pessoas responsáveis, em casa ou em outros locais por um tempo que é suficiente para a expor a danos.

b) Ameaça: Situação na qual uma pessoa declara a sua intenção ou faz menção de provocar danos a uma pessoa, ao seu patrimônio, a animais de sua propriedade ou a outras pessoas que lhe são vinculadas. Exemplos: alguém diz que vai dar uma surra em alguém; um dos pais diz que vai levar o filho para lugar desconhecido e à revelia do outro.

c) Cárcere privado: Situação na qual uma pessoa mantém outra pessoa retida em ambiente isolado, sem o seu consentimento e utilizando-se para tal de formas coercitivas. Exemplo: manter uma pessoa trancada em casa, sem acesso a meios de saída.

d) Negligência: Situação na qual uma pessoa deixa de prestar os cuidados devidos ou supervisão a outra pessoa que está sob sua responsabilidade, em virtude de dependência temporária ou permanente, trazendo danos à sua saúde ou ao seu desenvolvimento ou expondo-a a riscos diversos. Exemplos: deixar de administrar medicação prescrita pelo serviço de saúde; deixar de prover os cuidados básicos em nutrição e higiene; deixar de prover ou buscar socorro ou tratamento em casos de agravos ou doenças; expor a riscos e acidentes dentro ou fora do domicílio, tais como: ingestão de substâncias tóxicas que ficam ao alcance de crianças; exposição a fogo; dentre outros exemplos.

e) Trabalho Infantil: Situação nas quais crianças até 12 anos e adolescentes até 16 anos estão envolvidos em atividades ocupacionais, situação que pode ser agravada por fatores de riscos diversos, tais como horário de trabalho, riscos ambientais, impedimento de frequentar escola, dentre outros. O trabalho infantil doméstico deve ser considerado nessa categoria, especialmente quando a criança ou adolescente assume responsabilidades adultas e compromete seu desenvolvimento, seu direito de brincar e sua frequência à escola além de expô-la a acidentes domésticos e riscos diversos. O adolescente de 14 a 16 anos pode estar inseridos em atividades de menor aprendiz, desde que devidamente legalizadas.

f) Trajetória de Rua: Grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia de sobrevivência, por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, com vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e não referência de moradia regular ou crianças e adolescentes que vivem nas ruas utilizando-as como espaço de moradia e sobrevivência, sem a companhia de família ou adulto responsável.

g) Violência Física: Quando uma pessoa causa ou tenta causar dano, não acidental, por meio da força física, ou com algum tipo de instrumento ou subs-

tância, atingindo o corpo da vítima e lhe provocando ou a expondo a danos, contusões ou lesões diversas. Exemplos: tapas, empurrões, socos, beliscões, mordidas, chutes, queimadas, cortes, lesões por armas ou objetos, amarrar, arrastar, arrancar a roupa, tirar de casa à força, dentre outras.

h) Violência Psicológica: Toda ação ou situação que caracteriza omissão e que causa danos à dignidade, à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Exemplos: insultos constantes, humilhação, desvalorização da pessoa, chantagem, isolamento social, ridicularização, ameaças, calúnias, manipulação afetiva, privação ou impedimento arbitrário do acesso aos direitos e meios de garantir esses direitos (impedimento de trabalhar, estudar, brincar etc).

i) Racismo: engloba as ideologias racistas, as atitudes fundadas nos preconceitos raciais, os comportamentos discriminatórios, as disposições estruturais e as práticas institucionalizadas que resultam em desigualdade racial, assim como a noção falaciosa de que as relações discriminatórias entre grupos são moral e cientificamente justificáveis. O Racismo se manifesta por meio de disposições legais ou regimentais e por práticas discriminatórias, assim por meio de crenças e atos anti-sociais; impede o desenvolvimento de suas vítimas, perverte quem o pratica, divide as nações internamente, constitui um obstáculo para cooperações internacionais e cria tensões políticas entre os povos. É contrário aos princípios fundamentais do direito internacional e, por conseguinte, perturba seriamente a paz e a segurança internacionais.

j) Sexismo: Caracteriza-se com a discriminação em relação às pessoas do outro sexo, notadamente do outro gênero social.

l) Homofobia: Caracteriza-se como o medo, a aversão, ou o ódio irracional aos homossexuais, ou seja pessoas que têm atração afetiva e sexual por pessoas do mesmo sexo. A homofobia se manifesta de diversas maneiras e em sua forma mais grave resulta em ações de violência verbal e física, podendo levar até o assassinato de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT).

m) Bullying: Consiste em formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra o outro (s), causando dor e angústia, e executadas dentro de uma relação desigual de poder. Pode se manifestar nas formas de agressões verbais, físicas, morais, psicológicas, sexuais, materiais, virtuais (cyberbullying).

n) Abuso sexual: É definido como uma situação em que uma criança ou adolescente é usado(a) para gratificação sexual de um adulto ou de um adoles-

cente mais velho, configurando-se em uma relação de poder e dominação. Inclui-se desde carícias, manipulação da genitália, mama, anus, voyeurismo, o exibicionismo, até o ato sexual, com ou sem penetração, com ou sem agressividade.

IV – No campo descrição sumária do ocorrido descrever detalhadamente os fatos que levaram à suspeita e a necessidade do encaminhamento para investigação. Registrar a data em que a suposta violência foi percebida.

V – Campo a ser preenchido, caso obtenha a informação do suposto agente violador.

VI – Preencher o campo instituição, com todos os dados solicitados, acrescido da descrição dos encaminhamentos realizados para o caso a ser investigado. O dirigente deverá datar e assinar o documento.

VII – O responsável pelo recebimento da Ficha de Notificação de Suspeita de Violência contra Criança e Adolescente na SEDUC deverá registrar a data em que o documento foi entregue na SEDUC, para análise e encaminhamento ao Conselho Tutelar.

VIII – O Conselho Tutelar deverá datar e assinar o recebimento da ficha.

IX -De acordo com a Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança e adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências.

X – Ainda segundo o ECA, Capítulo II – Das Infrações Administrativas. Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena: multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

O não cumprimento dos procedimentos estabelecidos nesta Instrução de Serviço ensejará a apuração de responsabilidades.

IDENTIFICAÇÃO DA VÍTIMA			
*Nome:			
*Idade/DN	*Sexo () M () F	Cor/Etnia. () Preta () Branca () Parda () Amarela () Indígena () SI	
Deficiência/Transtorno () S () N () SI	Tipo de Deficiência	Grau de dependência () Leve () Moderada () Grave () SI	() Auto-referenciada () Diagnóstico Médico
*Endereço da criança: Rua _____ Nº _____ Compl _____ Bairro: _____ CEP: _____			
Referências para localização: _____			
* Telefones: _____ e _____			
*Mãe: () Viva () Falecida () Desconhecida () SI		*Nome:	
*Pai: () Vivo () Falecido () Desconhecido () SI		*Nome:	
*Conjuge/Companheiro: () Vivo () Falecido () Desconhecido () Não tem () SI		Nome:	
* Com quem vive a vítima?			
RESPONSÁVEL LEGAL			
*Nome:			
*Idade/DN	*Sexo () M () F	Cor/Etnia. () Preta () Branca () Parda () Amarela () Indígena () SI	Realiza atividade remunerada? () S () N Qual?
Escolaridade:			
*Endereço: Rua _____ Nº _____ Compl _____ Bairro: _____ CEP: _____			
Referências para localização: _____			
* Telefones: _____ e _____			
*Vínculo com a vítima:			
*CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA (preencher todo o campo)			
*Tipo de violência: () Abandono () Ameaça () Cárcere privado () Negligência () Trabalho Infantil () Trajetória de rua () Violência Física () Violência psicológica () Racismo () Sexismo () Homofobia () Bullyng () Abuso Sexual () Outro. Especificar:			
*Descrição sumária do ocorrido: 			
*DATA EM QUE A VIOLÊNCIA FOI RECEBIDA: ____/____/____			

*Nome:			
*Idade/DN	*Sexo () M () F	Realiza atividade remunerada? () S () N Qual?	
*Vínculo com a vítima:		*Tem acesso à vítima? () S () N () SI	*De que forma?
*Endereço: Rua _____ Nº _____ Compl _____ Bairro: _____ CEP: _____			
Referências para localização: _____			
* Telefones: _____ e _____			

* Campo de preenchimento obrigatório
SI Sem Informação

A inclusão da criança com deficiência na escola regular faz parte da história recente da educação brasileira, sendo necessário o estabelecimento de uma legislação específica para garantir essa inserção de maneira obrigatória².

86 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM CONTAGEM

Considerando também que o reconhecimento da Educação Infantil como etapa da Educação Básica é bem recente, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96, saindo do âmbito da saúde e da assistência. Somente em 2009 esta etapa foi conceituada legalmente, por meio da Resolução CNE/CEB Nº05/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.

Nesse contexto, torna-se um desafio atender às crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, em suas especificidades, considerando a diversidade do seu público: seja em função da idade, das suas características pessoais, do contexto econômico ou familiar, dentre outros. Não se pode desconsiderar que o atendimento à criança pequena deve ser efetivado intersetorialmente, em função da complexidade que envolve esta etapa da Educação Básica e que necessita da articulação com outros setores, visando atendê-las em sua integralidade.

Compreendendo que todas as crianças são competentes e únicas e que, em alguma medida, precisam de suporte diferenciado para a aquisição das aprendizagens, torna-se evidente que a prática pedagógica, desenvolvida em cada uma das instituições de Educação Infantil, deve considerar todas as crianças matriculadas na turma, independentemente de etnia, raça, cor, nacionalidade e se têm ou não alguma deficiência.

Essa posição se justifica na perspectiva de que nossa proposta pedagógica está alicerçada na concepção da avaliação como promotora de todos os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem: criança, professor, educador, equipe gestora, familiares ou responsáveis. Esse processo remete às ações de análise, observação, reflexão, planejamento, execução, mediação, acompanhamento, registro e avaliação; tendo como objetivos a construção e/ou ampliação de habilidades desses sujeitos e a proposição de novas rotas a serem seguidas pelos profissionais que atuam com as crianças.

A compreensão de que todas as crianças necessitam de um olhar e de uma atenção individualizada, considerando que cada uma apresenta características gerais relacionadas ao desenvolvimento físico e que este depende das vivências, experiências e estímulos, deve orientar o fazer cotidiano na instituição educativa.

Pesquisas comprovam que todas as crianças são competentes desde que nascem, são sujeitos de direitos, seres históricos e sociais, que transformam o mundo e as pessoas que com elas convivem. A criança com deficiência integra esse contexto.

Da mesma forma que cada criança da turma é um ser único a ser investiga-

do, para que as práticas adequadas às suas necessidades sejam planejadas intencionalmente pelo(a)s professor(a)s, a criança com deficiência precisa deste olhar investigativo dos profissionais que lidarão com ela, que busque entender suas características, conquistas, fragilidades e os desafios a serem superados. Esse entendimento ganha ainda mais respaldo com a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º que determina que:

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento dos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (MEC/Seesp 2001)

Para garantir a inclusão de fato e de direito das crianças com deficiência nas escolas regulares, existe um aparato legal, com definições precisas a serem implementadas, dentre elas a exigência da elaboração de um Plano de Desenvolvimento Individual – PDI definida pela Resolução CEE/MG 460/13.

O Plano de Desenvolvimento Individual é, portanto, um instrumento obrigatório para acompanhamento, avaliação, regulação da aprendizagem e planejamento da intervenção pedagógica, visando pleno desenvolvimento e aprendizagem do/da estudante com deficiência física, sensorial, visual e auditiva, intelectual, múltipla, Transtorno global do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação.

Considerando que todas as crianças têm direito a uma aprendizagem significativa, que atenda às suas características e necessidades, independentemente de classe social, nível econômico ou social, etnia ou deficiência, seria justo e mais correto que todas as crianças tivessem um Plano de Desenvolvimento Individual.

Pensar que este se destina a apenas um grupo determinado de crianças vai na contramão do que defendemos, tendo em vista que todas as crianças precisam de uma proposta individualizada e de intervenções específicas. Porém, atendendo à legislação já citada, faremos esse recorte, apresentando ao final desse texto, a orientação para elaboração do PDI para a Criança com deficiência matriculada na Educação Infantil, bem como o instrumento a ser utilizado pelo(a)s professor(a)s.

Ao ser informada da matrícula de uma criança com deficiência na turma, o(a)

professor(a) deve estabelecer relação com os responsáveis pela criança, realizando uma conversa e o preenchimento da Ficha de Anamnese Geral e a Avaliação Diagnóstica Inicial, primeira etapa do PDI, onde serão registradas as informações mais relevantes sobre a criança e que orientarão as primeiras práticas com ela na instituição.

Ao conhecer a criança, o(a) professor(a) deve estar atento, buscando identificar suas conquistas, pois antes de chegar na instituição escolar, a criança experimentou situações das mais diversas. É preciso “jogar luz” nesse conhecimento adquirido e, *a partir de então*, promover outras situações e vivências que permitam a continuidade dessa construção. O professor, durante sua prática, lançará mão de estratégias diferenciadas, que considerem as experiências de cada uma das crianças, com deficiência ou não.

Deve-se ter clareza de que a educação é um processo e que todas as crianças partem de um lugar específico e avançam, conquistando patamares mais complexos em seu desenvolvimento, dependendo dos estímulos; cada uma do seu jeito e a seu tempo. Não há como generalizar o tempo e o ponto de chegada para todas. Não há como definir a criança e caracterizar a construção de seus conhecimentos adquiridos com um x, *marcando sim, não, talvez ou em desenvolvimento*, pois todas as crianças estão em desenvolvimento e, nenhuma deve ser considerada como tendo alcançado o limite de seu desenvolvimento recebendo um SIM ou que nenhuma conquista pôde ser observada, recebendo um NÃO.

A Educação Infantil vem sendo reconhecida por todos os setores, que começam a compreender sua importância e o que é próprio desta etapa da Educação Básica, não sendo mais aceitáveis a antecipação de conteúdos e as propostas de avaliação e/ou PDI que são próprios do Ensino Fundamental.

A partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, dos cadernos “Currículo da Educação Infantil de Contagem: experiências, saberes e conhecimento” e da promulgação da Base Nacional Curricular Comum para a Educação Infantil - BNCC nota-se um esforço dos profissionais em conhecer, se apropriar e implementar um currículo centrado nas crianças, suas características e necessidades e não em conteúdos específicos, oferecendo um *cardápio* de possibilidades de experiências e vivências significativas, visando o seu pleno desenvolvimento.

Em se tratando de avaliação, existe um esforço por desnaturalizar concepções que comparam, julgam e segregam os sujeitos, corroborando com pesquisas que apontam que é nas relações entre os pares, companheiros mais capazes

e adultos, que o indivíduo agrega às estruturas anteriores novas estruturas, deslocando-se da zona de desenvolvimento real para a zona de desenvolvimento proximal³. Dessa forma, estão sendo criadas metodologias que favorecem as interações entre os pares de mesma idade e de idades diferentes e planejamentos que potencializam cada sujeito.

No caso da criança com deficiência, após o levantamento das demandas específicas, o(a)s professore(a)s também devem criar estratégias para que as barreiras sejam minimizadas e a aprendizagem destas crianças aconteça.

Existe o consenso de que tanto as concepções atuais que orientam as práticas na Educação Infantil quanto a avaliação e a inclusão da criança com deficiência são desafios presentes em todas as instituições que atendem a esta faixa etária. Mas há também a concordância de que as mudanças não acontecem do dia para a noite e exigirá esforço, persistência e muita pesquisa de todos os envolvidos com a educação de **todas** as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade.

Estas ações garantirão a inclusão de todas as crianças e a efetivação de uma escola de fato inclusiva. Este sonho é possível de ser realizado. Basta trabalharmos dentro da perspectiva da aprendizagem colaborativa, que possibilite a todos aprender, conviver e valorizar as diferenças.

3 Vigostky, L. S. A Formação Social da Mente, 1994.

Secretaria Municipal de Educação**PDI – Plano de Desenvolvimento Individual ou PEI – Plano de Ensino Individualizado para a Educação Infantil**

A primeira parte do PDI, avaliação diagnóstica inicial, que contém informações gerais sobre a criança, deverá ser preenchida no período de adaptação, após o preenchimento da ficha de anamnese geral.

As partes relacionadas ao acompanhamento do processo de desenvolvimento da criança deverão ser preenchidas semestralmente.

Avaliação diagnóstica Inicial	
3.1.1 O Professor ou o Pedagogo deverá preencher a ficha de anamnese geral, bem como os tópicos do PDI correspondentes à avaliação diagnóstica inicial, acompanhado da família da criança, em reunião específica, na unidade escolar.	
1. Identificação	
1.1 Da instituição	
Nome: _____	
Endereço: _____	
Email: _____	
Telefone: _____	
Responsáveis pela elaboração do PDI:	
Professores(a) da turma (referência e apoio): _____	
Pedagogo(a): _____	
Diretor: _____	
Professor(a) AEE: _____	
Estagiário(a): _____	
Cuidador(a): _____	
Segmento da Educação Infantil	
() Creche ____idade () Pré-escola ____idade	
Turno de Atendimento	
() Manhã () Tarde () Integral	
1.2 Da Criança	
Nome: _____	
Data de nascimento: _____	
Filiação	
Pai: _____	Idade: _____
Mãe: _____	Idade: _____
Responsáveis: _____	Idade: _____

É imigrante? () Sim () Não Fala português? () Sim () Não Entende português? () Sim () Não
Que idioma utiliza?
Os pais leem para a criança? () Sim () Não O que a criança gosta que leiam para ela?
Quais as brincadeiras preferidas da criança?
Qual a deficiência ou comprometimento que a criança apresenta? () deficiência física _____ () sensorial _____ () visual _____ () auditiva _____ () intelectual _____ () múltipla _____ () transtorno global do desenvolvimento (TGD) _____ () altas habilidades/superdotação _____ () Outras _____
CID da deficiência: _____
A criança toma algum medicamento? () Sim () Não Especifique quais os medicamentos.
Que efeitos o(s) medicamento(s) causa(m) na criança, em relação à atenção, memória, estado de alerta, dentre outros.
1.3 Dos atendimentos Nome do Especialista: _____ Especialidade: _____ Contatos: _____ Nome do Especialista: _____ Especialidade: _____ Contatos: _____ Nome do Especialista: _____ Especialidade: _____ Contatos: _____
1.4 Sobre a investigação familiar

Quando a família percebeu que a criança tinha algum comprometimento em seu desenvolvimento?
Que comportamentos despertaram a suspeita de algum comprometimento?
Quem fez o diagnóstico?
Qual foi a reação dos pais e da família ao receber o diagnóstico?
Qual é a relação dos pais e da família com a criança, desde que tiveram acesso ao diagnóstico?
Qual o entendimento da criança em relação ao diagnóstico?
Quem acompanha a criança, no seu processo de desenvolvimento, desde o nascimento?
Com qual idade a criança andou?
Com qual idade a criança falou?
Que características especiais têm essa criança?
Como é a alimentação da criança em casa? Que tipo de alimentos são oferecidos?
Como é o sono da criança em casa? Precisa de algum objeto de apego? Qual a posição mais adequada?
De que maneira a criança comunica suas necessidades?
Como se comporta quando contrariada?
Como se porta em relação a regras e limites?

Como a família resolve os conflitos e atende seus desejos?
Quais são as atividades realizadas pela criança em casa?
Quem cuida da criança em casa?
Existe alguma materialidade específica (suporte) que utiliza em casa? Materiais adaptados, banheiro, brinquedos outros.
Fale-me sobre a criança
4. Sobre a investigação escolar com a família
É a primeira vez da criança em uma instituição escolar? () Sim () Não
Nome da(s) instituição (ões) que já frequentou
O que levou a família a matricular a criança em uma instituição escolar
Por que os pais/família/responsáveis escolheram esta escola para seu(sua) filho(a)?

O que os pais/família/responsáveis esperam dessa escola, no processo de desenvolvimento de sua/seu filho(a)?
5. Sobre a investigação escolar com os professores responsáveis pela criança.
Os professores tiveram acesso às propostas vivenciadas pela criança nas etapas anteriores a sua entrada nesta turma?
Como foi o período de adaptação?
Descreva as experiências e vivências propostas às crianças neste semestre
De que maneira a criança participou das atividades propostas?
De que maneira participou das atividades junto com os colegas, nos diferentes espaços?
Houve necessidade de suporte? Quais?
Durante a permanência na instituição, a criança necessita de apoio: () troca de fraldas () banho () locomoção/deslocamento () troca de roupas () acompanhamento aos banheiros () alimentação () nos momentos de sono/descanso () em momento de agitação ou similar () auxílio com aparelhos, órteses, próteses ou outros, de uso do estudante

A criança se alimenta na instituição? () Sim () Não Existe alguma dificuldade da criança se alimentar na instituição? () Sim () Não Justifique
A criança necessita de dieta especial? () Sim () Não Quais?
A criança utiliza transporte escolar? () Sim () Não Transporte sem limite () Sim () Não
Os responsáveis pela criança demonstram interesse em acompanhar seu processo de escolarização?
Tem dificuldade em aceitar e cumprir as regras da instituição? () Sim () Não Como os profissionais da escola/UMEI resolvem os conflitos relacionados à criança na instituição?
Como a criança resolve seus conflitos?
A criança necessita de objeto de apego? () Sim () Não Qual(is)?
A criança demonstra sono durante as atividades? () Sim () Não Em que momentos ou horários?
A criança demonstra impaciência durante as atividades? () Sim () Não Em que momentos ou horários?
Qual o grau de independência demonstrado pela criança?
Quais atividades mais gosta de realizar?
Quais atividades mais trouxeram incômodo à criança?

Que conhecimentos demonstrou adquirir ou ampliar ao longo desse semestre?

6. Descreva as necessidades específicas da criança visando seu desenvolvimento no ambiente escolar, relacionadas aos seguintes aspectos:

Comunicação:

Aspecto motor:

Recursos e equipamentos utilizados:

Suportes (visual, auditivo, tátil outros)

A partir da análise deste semestre, que propostas serão projetadas para o próximo semestre?

7. Proposta Curricular – O currículo específico para a Educação Infantil deverá oferecer às crianças matriculadas vivências e experiências diversas que permitam a compreensão do mundo que as cercam. A proposta curricular para a Educação Infantil está descrita nos Cadernos de Currículo de Contagem e na Base Nacional Curricular Comum para a Educação Infantil (BNCC).

Os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para a creche e a pré-escola estão descritos na BNCC, por faixas etárias.

Parafraseando Gabriel Junqueira, denominaremos como a parte cheia do currículo os descritores oficiais do currículo. As características dos estudantes, contextos, demandas e necessidades, denominaremos a parte vazia do currículo.

A proposta pedagógica para as crianças deverá considerar as partes cheia e vazia do currículo.

POTENCIALIDADES DA CRIANÇA O que esta criança demonstra conhecer? (Olhar para além do que está visível, aparente e se apresenta).	DEMANDA(S) Considerar a parte cheia(Definições da BNCC) e vazia (Características e necessidades da criança) do Currículo.	BARREIRAS O que impede a participação da criança nos processos de aprendizagens e ampliação dos conhecimentos.	ESTRATÉGIAS/ METODOLOGIAS Propostas que serão elaboradas para que a criança construa ou amplie as habilidades definidas no quadro de demandas.	INTERVENÇÕES/ MEDIações Contextos ou ações diretas que serão criadas pelo(a)s professore(a)s provocando o avanço no desenvolvimento da criança, para que alcance novos patamares.
---	--	---	--	---

8. Relato das experiências e vivências proporcionadas à criança

9. Relatório individual da criança (Destacar as conquistas/avanços que a criança alcançou neste semestre)

OBSERVAÇÕES/REFLEXÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

Secretaria de
Educação



contagem.mg.gov.br |  **/PrefeituraContagem**

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTAGEM

Rua Coimbra, 100 - Bairro Santa Cruz Industrial - Contagem

E-mail: seduc.gabinete@contagem.mg.gov.br

Site: www.contagem.mg.gov.br/educacao

